3.3

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA EXTRAORDINÁRIA DE 07 DE MARÇO 2022
ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA - SINTRA

ATA Nº 02/2022

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao abrigo do disposto no nº 3 do Art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesia de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim), reuniu, em sessão extraordinária, **no dia 07 de março de 2022 na Escola Secundária de Santa Maria** em Sintra, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 PIP (Período de Intervenção do Público (30 minutos)

2 PAOD (Período antes da Ordem do Dia (60 minutos)

3 INFORMAÇÃO

3.1 Conhecimento da Proposta Nº 78/UFS/2021-2025 – Denúncia de Protocolo de Cooperação com a C.E.U. – Cooperativa de Ensino Secundário – Centro de Arbitragem da Universidade Autónoma de Lisboa.

3.2 Conhecimento Of. Nº 267/2022 – PS – Seguro de Acidentes Pessoais de Eleitos Locais

4 POD (Período da Ordem do dia)

4.1 Apreciação e votação da Proposta Nº 43 – UFS/2022 – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre a UFS e a CMS, para manutenção e conservação dos edifícios e logradouros escolares dos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclos e do ensino secundário da freguesia;

4.2 Apreciação e votação da Proposta nº 30-UFS/2022 – Protocolo de Colaboração entre a UFS e a Ordem dos Psicólogos;

4.3 Apreciação e votação da Proposta nº. 41 – UFS/2022 – Protocolo de Cooperação entre a UFS e a Associação Coração Amarelo – Delegação de Sintra;

4.4 Apreciação e votação da Proposta Nº 44 – UFS/2022 – Contrato de Apoio Financeiro entre a UFS e a Associação Animais de Rua.

A sessão foi presidida por Eduardo Duarte Casinhas (PPD/PSD Ind.), secretariado pelo 1º Secretário da Mesa César Alberto Santos da Conceição (PPD/PSD Ind.)e pela 2ª secretária Susana Maria Gonçalves de Miranda (CDS)

Estiveram presentes, para além dos acima mencionados, os seguintes membros da Assembleia de Freguesia:

Pelo Partido Socialista (PS)
Ana Lúcia Pereira dos Santos
Bruno Filipe da Silva Santos
Victor Manuel dos Santos Oliveira
Lara Sofia Fernandes Guerreiro
Alexandre Luís Albuquerque Quinhones Gaiolas

Pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD)
Ricardo Constantino Santos do Carmo
Victor Hugo Ferreira Macias
Elsa Maria Félix Pinto Vasques

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)
José Maria Francisco Lopes

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU)
Maria Cristina Miranda Rodrigues
Vasco Miguel dos Santos Ramos

Chega
Helder Fernando Gavaia Santos
Marta Mónica Bugalho Andrade de Melo

Bloco de Esquerda (BE)
Celina Marques dos Santos

Iniciativa Liberal (IL)
Ricardo Miguel Oliveira Duarte

A Junta de Freguesia esteve representada pelo seu Presidente, Paulo Alexandre Gomes Parracho Filipe, Ana Maria Faria dos Reis Carriço, Paula Cristina da Silva Bento dos Santos, José Carlos de Oliveira Domingues, Paulo Duarte dos Santos Pedroso e José Luís Gomes da Costa.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia)

Meus senhores, muito boa noite a todos os presentes e a todos aqueles que nos seguem pelo Facebook da União das Freguesias de Sintra, vamos dar início à segunda sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia. Conforme a alínea d), do nº 1 do artigo 14.º, da lei 75/2013, de 12 de setembro, "Competências do presidente e dos secretários, para abrir e dirigir os trabalhos, mantendo disciplina nas sessões". Conforme convocatória constante do edital 02-AF/2022, de Sintra, 25 de fevereiro de 2022, e estando reunidas as formalidades legais, declaro aberta a sessão.

Substituições de acordo com o mapa de substituições em anexo a esta ata. Não foi possível fazer-se a substituição de Mafalda Alves da Silva, devido ao facto do mail de substituição ter dado entrada pelas 21H04 deste dia.

Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Sintra, dando início à Ordem de Trabalhos

Cumprimento todos os presentes, vogais da Assembleia de Freguesia, presidente do Executivo, Paulo Parracho, vogais do Executivo da Junta, público, colaboradores da Junta, e todos aqueles que nos seguem pelo Facebook, a todos, muito obrigado. Um agradecimento à direção da Escola de Santa Maria, e à sua subdiretora Cristina Moura, pela cedência das suas instalações, muito obrigado.

PONTO Nº. 1 Período de intervenção do público, 30 minutos.

Este período vai ser realizado no início da sessão, conforme o n.º 7 do artigo 33.º e o n.º 7 do artigo 34.º. Eu agradecia que na intervenção do público, quem não autorizar a transmissão da sua imagem, favor de dizer, para que a câmara seja desligada.

Temos três fregueses inscritos, a saber: Luís Santos, da Associação de Reformados de Manique, o assunto é acerca do jardim público; Nuno Pinto, assunto Vale Flores, Jorge Belo, assunto Vale Flores. Três intervenções do público, 10 minutos a cada um. Sr. Luís Santos, de Manique, se faz favor. Se não autorizar a transmissão da imagem, agradecia que informasse.

Luís Santos Mariano: Boa noite, meus senhores, minhas senhoras.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Autoriza a transmissão da imagem?

Luís Santos Mariano: Autorizo.

Excelentíssimo senhor presidente, excelentíssimos senhores membros da mesa de Assembleia, boa noite. E excelentíssimo público. Sou Luís Honório dos Santos Mariano, resido na Rua Terra da Figueira, n.º 48, Manique de Cima. Venho expor a vossas excelências o seguinte: a minha residência confina com um jardim público, jardim esse que está praticamente ao abandono, em que existe uma árvore de grande porte, em que as raízes da referida árvore estão a levantar as terras do meu terreno. Tenho o muro rachado e o chão levantado. E estou a ver que, com o andar do tempo, qualquer dia, as ditas raízes vão interferir nos alicerces da minha residência. Com isto, exponho aqui em Assembleia, a ver se há um meio de resolvermos este problema. Não tenho mais nada, meus senhores, muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Segue-se Nuno Pinto. Morador em Ranholas. Assunto sobre Ecocentro de Vale Flores. Autoriza transmissão de imagem?

Nuno Pinto: Está autorizada. Muito obrigado, senhor presidente. Boa noite a todos os presentes. Foi discutido e comprovado na última reunião de Assembleia Municipal que as pessoas de Vale Flores não foram incluídas na tomada de decisão, e nem informadas sobre a localização exata do projeto de construção do Ecocentro de Vale Flores. Quando as pessoas não são informadas, são surpreendidas com ultimatos e sentenças, e sentem que não são respeitadas, porque a Câmara Municipal de Sintra e o SMAS não podem mandar mais do que nós, à porta da nossa casa, na nossa rua e no nosso bairro. Simplesmente não é democrático. Não se pode fazer o bem pelas pessoas e pelo ambiente sem incluir a população local na implementação de um ecocentro, que foi votado por unanimidade e que foi apresentado em dezembro de 2020 numa reunião condicionada pela pandemia. Ouvi a gravação dessa reunião e escapou-me na altura, porque o que foi apresentado não foi partilhado como devia, e afinal, foi divulgado o local exato como consta na ata. Passo a citar o representante do SMAS, Carlos Vieira: "Aqui podem ver a zona de implementação, portanto, é este terreno, todos vocês conhecem, aqui é Vale Flores. E, portanto, este terreno pega quase... nunca sei bem se isto é a A16, se é a estrada que liga a

A16 (à?) A16, pronto. E, portanto, a implementação será neste terreno, que é um terreno municipal". Foi esta informação que não foi divulgada como devia, porque nas notícias dos jornais não constava a morada final do ecocentro. Seria em Vale Flores. E, como quase ninguém está contra ecocentros, podemos perceber que os moradores não foram informados e incluídos, e sentem, acerca do ecocentro, que irá ser concluído demasiado perto das suas habitações, num terreno que preferiam que ficasse como estava ou que fosse construído o parque urbano que lhes foi prometido. Existe uma necessidade ambiental, mas não pode ser implementada desta forma, porque se não somos informados e incluídos, não somos respeitados, não existe confiança no serviço público.

O senhor presidente da Câmara Municipal de Sintra, o SMAS e todos os que sabiam da localização exata, devem assumir que realmente as pessoas não foram incluídas, porque quando tal não acontece, é quase impossível acreditar nas garantias prometidas pelo Sr. Presidente Basílio Horta e por outros envolvidos nesta história. O Sr. Presidente Basílio Horta e o ex-presidente da União de Juntas de Freguesia, Fernando Pereira, garantiram a todos nós que o projeto de requalificação do Largo D. Fernando II não iria ser executado por causa da contestação da população. Mas, em 2021, essas garantias oficiais, registadas em ata e testemunhadas por muitos de nós, não foram cumpridas e nem foi preciso apurar a verdade desta forma de implementar projetos que não inclui os principais interessados, em nome do superior interesse do serviço público.

Deste modo, perde-se a confiança em quem decidiu não servir e confiar no seu povo, afirmando oficialmente que a culpa é dos moradores e dos munícipes. É esta a verdade que deve ser assumida para não se continuar a ter um futuro premiado com os mesmos erros. Admito que, no cumprir da minha missão, poderia ter feito melhor, mas nós nunca consentimos que se implementem projetos desta forma desrespeitosa e que não se assuma que faltou o essencial, porque a União das Juntas de Freguesia de Sintra e a Câmara Municipal de Sintra podem fazer muito melhor, incluindo e informando os fregueses e os munícipes. O que exigimos a todos os servidores públicos é o dever de todos nós, mas, como dizia o outro, quanto maior é o poder, maior é a responsabilidade. Aconteceu o que não estava previsto, a urbanização de Vale Flores uniu-se, e têm razão para estarem indignados, quando nem sequer lhes foi admitido, por demasiadas opiniões, que realmente os moradores não foram incluídos e nem informados, como foi referido pela intervenção simples, clara e objetiva da deputada municipal Marília Rocha, a quem agradecemos. Podemos e devemos fazer muito melhor. A confiança conquista-se e deve ser recíproca.

Queremos agradecer à Sra. Vogal Antónia Raminhos, porque quando foi presidente, nos informou sobre o Largo da Feira, mesmo sabendo que as nossas posições nesta matéria eram opostas. Obrigado por nos ter informado, por sua iniciativa, sobre o ecocentro de Vale Flores, em 2021, numa reunião sobre a dinamização da Feira de São Pedro. Assumo que, como morador de Ranholas, não estive à altura da informação cedida e afirmei que apenas não estaria de acordo caso fossem construídos demasiado perto das habitações, mas julgando que o local escolhido fosse a Rua do Impasse dos Eucaliptos, perto de Ranholas. Poderíamos todos fazer muito melhor nesta matéria.

Agradecemos ao Sr. Vogal Rui Frias pela sua conduta, pela sua forma de partilhar única e exemplar, e por ter estado presente, pessoalmente, junto dos fregueses, em São Pedro, como um servidor público, que também sabe ser um cidadão para além do partido que representa – bem-haja.

Agradecemos ao Sr. Presidente Paulo Parracho por me ter recebido em reunião, por Ranholas e Vale Flores, em nome dos saloios que sabem estar, criar e ser. Iremos continuar o nosso trabalho com a colaboração cedida de boa vontade pelo senhor presidente, nessas aldeias. Para facilitar, também representei, na mesma reunião, todas as parcerias do nosso projeto cultural de inclusão da população, que presta homenagem à nossa história local e à cultura saloia. O senhor presidente afirmou que deseja trabalhar connosco, e nós continuaremos o nosso trabalho, com calma, também em nome da União das Juntas de Freguesia de Sintra, como ficou combinado. Aguardamos por uma reunião com o senhor presidente e com os representantes de todas as parcerias do projeto "O irredutível saloio", que ainda não foi possível. Somos gratos.

E, como o senhor presidente conhece o nosso trabalho há mais de 4 anos, contamos com a sua colaboração e com a sua ajuda. Contamos com a colaboração e com a ajuda de todos os presentes para servir a nossa terra e as suas gentes. Falta só perguntar se ainda vamos a tempo de exigir alterações sobre o projeto de requalificação no Largo da Feira, como a implementação da fonte das rãs, por

exemplo. Existem outros assuntos relacionados com o nosso trabalho, que iremos enviar por e-mail ao senhor presidente e a todos os que se mostrarem interessados. Bem-haja, muito obrigado.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado, Nuno Pinto. Sr. Jorge Belo morador em Vale Flores.
Jorge Belo: Boa noite, senhor presidente...
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Agradecia que informasse se autoriza transmissão de imagem
Jorge Belo: Sim, permito. Boa noite, senhor presidente da mesa, boa noite, senhor presidente da Junta, boa noite a todos os presentes. Bem, mais uma vez venho aqui falar sobre o ecocentro de Vale Flores, é um tema que já estamos fartos de ouvir, mas, vou aproveitar esta reunião, visto que está aqui o passado, o presente e, possivelmente, o futuro. Ao passado, eu vou perguntar: porque é que nunca chamaram a população... escutar a população sobre a localização do ecocentro? Ao presente, vou perguntar: o que é que estão a pensar fazer? E, ao futuro, vou perguntar: o que é que vocês farão se alguma vez estiverem deste lado? Eh, pá, gostava de ver as respostas a estas perguntas respondidas. Agora, outro assunto que me leva aqui... acho que é mais importante que tudo o resto. É... a gente tem uma grande comunidade ucraniana no nosso Concelho. O que é que a Junta está preparada para fazer quando chegarem os familiares dos nossos vizinhos, para os integrar na nossa sociedade, no nosso Concelho, na nossa Freguesia, o melhor possível que podemos? E é tudo. Muito obrigado.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): O Sr. Presidente da Junta pediu a palavra.
Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Boa noite a todos. Peço desculpa tirar a máscara, mas, para falar, é mais fácil. Senhor presidente da mesa da Assembleia, senhores vogais da Assembleia de Freguesia, caros colegas membros do Executivo, caros cidadãos aqui presentes, também uma palavra para a direção da Escola Secundária de Santa Maria e deste agrupamento de escolas, sempre disponíveis para nos ceder esta sala para a realização das nossas Assembleias, e também serviu para a cerimónia de tomada de posse deste Executivo.
Ia só dar umas explicações muito breves. Começando pela questão dos cidadãos ucranianos que eventualmente chegarão à nossa Freguesia, e também ao nosso Concelho, a Junta de Freguesia, para já, nesta fase, está a dar todo o apoio à chamada sociedade civil, temos muitas organizações da nossa Freguesia, quer corporações de Bombeiros, quer instituições particulares de solidariedade social, quer os próprios clubes desportivos que estão a dinamizar ações de solidariedade. A junta está a colaborar com todos e a prestar o apoio logístico, colocámos os nossos transportes, os nossos veículos, à disposição, para transportar todos os bens que estão a ser ainda recolhidos pelas diversas entidades que estão a participar nessas recolhas e nessas campanhas de solidariedade. E seria dar um passo maior que a perna a Junta ultrapassar aquilo que a Câmara está a projetar. A Câmara Municipal de Sintra é o polo agregador de tudo isto, de todas as Freguesias, de todas as iniciativas, e estamos obviamente em contacto com a Câmara Municipal para prestar todo o apoio que a Câmara necessite, mas sabendo que, enfim, a dinamização de ações mais concretas de apoio à população, como o alojamento, não está ao alcance de uma Junta de Freguesia, terá que ser a Câmara, enfim, a providenciar essas questões, sempre com o apoio da nossa Junta de Freguesia e de todas as outras que já se manifestaram, tal como nós. Aqui nesta questão não há querelas nem diferenças partidárias, há sim, de facto, uma grande união em tentar ajudar quem realmente precisa e quem nos vai solicitar, e temos a convicção de que vai aparecer muita gente a pedir o nosso apoio e daí que o nosso serviço de intervenção social, que é coordenado aqui pela vogal Paula Bento, está também já, enfim, a programar diria que o orçamento que tem disponível para... e esse é um ponto que queria que fosse fundamental. Não esquecer ninguém das pessoas que estão na Freguesia, que recebem apoio social na Freguesia, que já cá estão, e que, por via das suas dificuldades, precisam do nosso apoio, não podemos descurar esse apoio, mas vamos ter que arranjar forma de apoiar aqueles que nos baterem à porta e que, eventualmente, venham a necessitar, quer de apoio alimentar, quer de vestuário... a habitação, como disse, é que é mais difícil, porque infelizmente não está ao alcance de uma Junta de Freguesia.
Sobre o jardim de Manique, Sr. Luís Santos, nós vamos avaliar. O vogal Paulo Duarte é o responsável pelos jardins, espaços verdes e espaços públicos, e vai combinar, certamente, consigo, daqui a pouco, para irmos lá ao local ver realmente o que é que se passa. Eu sou franco, não consigo identificar o

problema em si, é um problema muito específico, mas, obviamente que vamos fazer tudo para o resolver.
O Nuno Pinto é já um companheiro habitual, diria, destas Assembleias de Freguesia, e muito bem, marca sempre presença, quer neste mandato, quer no mandato anterior. Sobre Vale Flores, enfim, depois vai haver aí uma moção no período antes da ordem de trabalhos, se calhar remetia depois qualquer esclarecimento para essa questão, porque o assunto já foi demasiadamente debatido, também não há muitos dados novos sobre a questão.
O Largo D. Fernando II, para relembrar que, pelo menos, por iniciativa desta Assembleia de Freguesia, desta, da anterior e da que antecedeu à anterior, foram realizadas sessões públicas, portanto, no total foram realizadas três sessões públicas para debater e discutir o projeto. É um projeto da Câmara Municipal de Sintra, com o qual nós estamos solidários, obviamente, que tem questões que podem ainda ser melhoradas e que a sua implementação agora não impede que essas mesmas questões depois venham a ser implementadas. A questão da fonte das rãs, as questões do coreto, num futuro, podem ser implementadas no local, porque o projeto, enfim, deixa aquele espaço tão aberto que permite que possam ser feitas outras intervenções, se a Câmara assim o entender.
Ah. Dizer que contamos de facto com a vossa associação de várias associações para dinamizarmos a Feira de São Pedro. A Feira de São Pedro está num local de transição, como sabem, em que ainda tem havido afinação de feira para feira, ainda não está a 100% o local devidamente afinado, digamos assim, na arrumação, mas logo que estejam criadas condições, obviamente contamos ter ali programas de animação que possam chamar ainda mais gente, sendo que foi uma surpresa que tivemos, com esta localização alternativa, estamos a ter mais gente, mais público, mais clientes, digamos assim, do que no local tradicional. É porque está junto a uma estrada nacional, as pessoas passam e têm curiosidade e param. Mas, de qualquer forma, isso não vai evitar que façamos ações de animação e que possam trazer ainda mais gente para a feira, porque vindo mais compradores, vêm mais vendedores, enfim, todos ganhamos com isso. Se bem que, e era um facto também, já agora, queria aqui dizer: a Junta mantém a isenção da cobrança dos chamados terrados aos feirantes, porque depois do período de crise que tivemos por causa do Covid, agora achamos que com esta transição, com esta mudança, com esta instabilidade sempre da mudança para um novo local, que havia que dar, enfim, mais algum retorno aos vendedores. Logo que tudo também esteja serenado, voltaremos então a cobrar as devidas taxas, porque tudo isto também tem muito custo para a Freguesia, organizar uma feira não é só pôr lá os vendedores, tem muitos custos associados e, obviamente, também temos que fazer face a esses custos. Muito obrigado.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, senhor presidente. Vamos entrar no 2.º ponto.

PONTO Nº. 2 – Período Antes da Ordem do Dia. (PAOD)

Tem a duração de 60 minutos. Por acordo com os líderes, solicita-se a esta Assembleia se podemos exceder o tempo em mais 10 minutos, de modo a permitir que sejam atribuídos 8 minutos e 30s a cada força política e 10 minutos ao presidente, para respostas. É assim, senhores líderes? Está certo ou há discordância? Portanto, neste período são destinados 70 minutos. Moções em discussão.
Moção A, do PPD/PSD.CDS-PP que diz respeito, "Pela Ucrânia, pela paz no mundo".
Moção B, da CDU, "Estruturas infraestruturas de higiene e saúde pública".
Moção C, da CDU, "Paz sim, guerra na Ucrânia não".
Moção D, do CHEGA, pela criação do boletim informativo em formato de papel e/ou digital.
Moção E, do Bloco de Esquerda, "Dia Internacional das Mulheres".
Moção F, "Pela alteração da localização do ecocentro de Vale Flores".
Moção G, do Bloco de Esquerda, "Pela paz, pela solidariedade com o povo ucraniano e por sanções económicas para travar esta guerra".
Moção H, do Partido Socialista, "Contra o desperdício da água".
Moção I, do PS não tem título, mas é sobre a Ucrânia.
RECOMENDAÇÃO da CDU acerca de atividades comerciais.
SAUDAÇÃO do Partido Socialista, 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Tempo de 8 minutos e 30 segundos, destinados ás intervenções de cada força política. Faz favor, PSD, Ricardo Carmo.

Ricardo Carmo (PSD): Boa noite, senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Junta, do Executivo, senhores vogais, público presente. Vou tentar ser rápido, vou fazer uma leitura rápida, porque depois temos que discutir as várias moções, e, portanto, para discutir as várias moções, é importante também termos algum tempo.

Considerando que a República Portuguesa reconheceu a independência da Ucrânia em 07/01/1992, comemorando-se este ano o 30.º aniversário do estabelecimento das suas relações diplomáticas. Nestes 30 anos, foram celebrados cerca de 60 acordos bilaterais de cooperação em diversas áreas entre os nossos dois estados. A comunidade ucraniana residente em Portugal apoia ativamente o seu país.

Segundo os dados do SEF, vivem em Portugal cerca de 30.000 cidadãos ucranianos, sendo que ao longo dos últimos 20 anos, esta se constituiu como uma das maiores comunidades estrangeiras a residir em Portugal, contribuindo ativamente para o desenvolvimento de muitas áreas da nossa economia. Sintra acolhe inúmeros cidadãos provenientes da Ucrânia e, segundo dados do SEF, residem 1496 cidadãos ucranianos no nosso município, que se encontram integrados e que dão o seu contributo para o desenvolvimento económico do Concelho. O município dispõe de um plano municipal para integração de imigrantes, que visa o aprofundamento das políticas locais e que conta com a participação de muitas entidades públicas e privadas que trabalham no acolhimento destas populações.

Os objetivos do plano municipal de integração de imigrantes no atual contexto em que se assiste uma agressão brutal, despropositada, contra a Ucrânia, revestem-se de maior importância, tendo em conta a fuga de milhares de cidadãos ucranianos perante a devastadora ofensiva militar iniciada pela federação russa em território ucraniano, violadora da lei internacional e dos acordos de paz de Minsk, que constituem um momento perigoso e dramático da história mundial.

É com elevado sentido de responsabilidade que os eleitos do PSD e do CDS propõem que a Assembleia de Freguesia da União das Juntas de Freguesia de Sintra delibere:

Repudiar de modo veemente a ação bélica da federação russa, a qual constitui uma inaceitável violação do direito internacional e, consequentemente, um desprezível ataque ao mundo democrático no seu todo;

Manifestar o seu apoio ao povo da Ucrânia, endossando especial mensagem de solidariedade às famílias ucranianas residentes no nosso Concelho, que partilham o infortúnio dos seus conterrâneos, vítimas de tão injustiçada agressão;

Enaltecer o povo português e os munícipes de Sintra pela forte onda de solidariedade demonstrada;

Apelar à crescente mobilização da comunidade internacional, para que sejam apoiadas as comunidades ucranianas atingidas e para a implantação de todas as medidas adequadas à reposição da paz, com vista a impedir um novo período negro na história do mundo

Instar a Câmara Municipal de Sintra a criar um gabinete de crise em conjunto com as Juntas de Freguesia, associações e empresas do Concelho, e em articulação com a comunidade ucraniana residente em Sintra, com vista à organização de um programa, de forma articulada e concertada, que venha a juntar todas as iniciativas para apoio humanitário que sejam necessárias e para as quais os munícipes de Sintra se estão a disponibilizar.

Caso esta moção seja aprovada, que a mesma seja remetida para a senhora embaixadora da Ucrânia em Portugal, para o senhor presidente da Câmara de Sintra e restantes vereadores, para todas as Juntas de Freguesia do município, e que seja publicada num jornal local. Os eleitos do PSD e do CDS.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, senhor vogal. A CDU, para apresentar a Moção B "Estruturas infraestruturas de higiene e saúde pública".

Cristina Rodrigues (CDU): Senhor presidente da mesa, eu tenho uma dúvida. Estamos no PAOD, certo?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Sim.

Cristina Rodrigues (CDU): O tempo que foi atribuído, os 8 minutos e 30s, é para apresentar moções e para fazer intervenção de PAOD?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): O PAOD é onde são apresentadas as moções. É isso que está no regimento.

Cristina Rodrigues (CDU): A CDU não vai apresentar as moções uma a uma. Não temos tempo para isso. As moções foram entregues com antecedência.
Celina Santos (BE): Eu ia sugerir, pelo menos, que juntemos as moções do mesmo tema para as discutir em bloco, agiliza um pouco a discussão.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Fiz essa conversa ao o Rui Frias e ele disse que não fazia muito sentido. Mas, de qualquer maneira, o Rui não está presente, esta Assembleia é soberana para decidir. Quatro moções? Pronto, cada um faz a sua intervenção sobre as moções.
O PSD já apresentou a moção A, a CDU não vai apresentar a moção C, o Bloco de Esquerda apresenta a moção G, e o Partido Socialista apresenta a moção I?
Ricardo Duarte (IL): Uma vez que este período tem documentos que vão ser propostos à votação, as bancadas todas intervêm de seguida, no final do período a votação dos documentos.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): ...há temas que vão ser apresentados no PAOD que não têm a ver com as moções, segundo o que a Cristina disse, e o Ricardo também parece que quer apresentar. Faz favor, Vasco
Vasco Ramos (CDU): Boa noite a todos. quero apenas dizer que votaremos a favor de todas as moções em relação à Ucrânia. Aquilo que eu vinha aqui trazer, era terei que vir a seguir, porque era uma pequena alteração à Moção B, porque íamos pela ordem alfabética das moções. Portanto, não vou apresentar não vou gastar mais tempo do que já gastámos aqui, porque ela é clara e fica à consideração das outras forças políticas.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Bloco de Esquerda. proposta G.
Celina Santos (BE): Caros autarcas, caros fregueses, senhoras e senhores, boa noite. Falamos aqui da guerra e da invasão, da agressão à Ucrânia que ocorre desde 24 de fevereiro, é uma violação de direito internacional inequívoca, que tem que ter como resposta uma condenação sem reservas e atos concretos de solidariedade que contribuam para a resolução do conflito e para criar condições de paz e estabilidade duradouras na região. Propomos que esta Assembleia de Freguesia tome uma posição e propomos que manifeste o seu total repúdio pela ocupação militar da Ucrânia, apelando ao imediato cessar-fogo, à retirada do exército russo e a conversações para estabelecer um acordo de paz, que manifeste a sua total solidariedade com todas as vítimas do conflito e a sua disponibilidade para contribuir na gestão da crise humanitária e de refugiados, que recomende à Câmara de Sintra que se disponibilize para acolher pessoas refugiadas oriundas da Ucrânia, mas também opositores à guerra perseguidos pelo regime autoritário da federação russa, e que inste o Governo a aplicar sanções efetivas à oligarquia russa, revogando vistos *gold* e congelando ou expropriando os bens detidos em território internacional. Obrigada.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Partido Socialista?
Victor Oliveira (PS): Senhor presidente da mesa, senhor presidente do Executivo, senhores vogais, minhas senhoras e meus senhores. Há 30 anos nasceu um país que resultou da vontade inequívoca da afirmação da liberdade e autodeterminação dos povos, sempre no respeito inequívoco dos princípios de valores humanistas que são imanentes a todas as sociedades democráticas. Este país é a Ucrânia. Neste tempo de crescimento e consolidação da sua identidade, tem tido as vicissitudes e sucessos próprios de quem procura o seu caminho. Por isso, a Rússia entende que a Ucrânia não pode ter o seu caminho nem construir a sua identidade em liberdade e democracia e, com todo o seu poder bélico, invade, dizimando tudo e todos que contra si, corajosamente, se opõem, obrigando todo um povo livre e independente a ter que abdicar tanto da sua independência, como de todos os princípios e valores democráticos, e, sobretudo, de todos os direitos basilares à dignidade da pessoa humana. É a tirania do mais forte sobre o mais fraco, a mesma tirania contra a qual a própria Rússia lutou na segunda guerra mundial e que contou com o apoio de todos os demais países a que hoje chama de inimigos, reclamava a liberdade do seu país e a dignidade do seu povo. Hoje, ao ter invadido de forma bárbara e vil como o está a fazer na Ucrânia, legitima a resistência dos ucranianos e a solidariedade de todo o mundo, porque é de liberdade, democracia e de direitos humanos que se trata. Não há razão que justifique uma invasão de outro povo, só porque não se gosta do que esse povo quer. O Partido Socialista, defensor da liberdade, da democracia e baluarte dos direitos humanos, manifesta, sem qualquer dúvida ou (enredo legalista?) que o entropeça, o seu total apoio e solidariedade ao povo ucraniano. Porque esta guerra visa, sobretudo, toda a sociedade democrática do pós segunda guerra

mundial, é o modelo de vida dos povos em liberdade, democracia e no respeito dos direitos humanos, de todos e de cada um, que está posto em causa. Por isso, os eleitos da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias propõe declarar o apoio inequívoco ao povo da Ucrânia, sugerir ao Executivo da Junta que se disponibilize, no quadro das suas competências, e em coordenação com a Câmara Municipal, para criar na União das Freguesias de Sintra todas as condições de alojamento, trabalho e assistência médica, para acolher todos os refugiados da Ucrânia que assim manifestem essa vontade. E sublinhar a importância deste órgão na divulgação e/ou dinamização da ajuda humanitária de emergência, designadamente, a recolha de donativos financeiros e/ou angariação de bens essenciais, como alimentos, água potável, medicamentos, roupa, abrigo, máscaras, entre outros. Sendo esta moção aprovada, remetê-la à Embaixada da Ucrânia em Portugal, na pessoa da senhora embaixadora; à Embaixada da Federação Russa, na pessoa do seu embaixador; ao senhor presidente da república de Portugal; ao senhor primeiro-ministro do Governo de Portugal; ao senhor presidente da Assembleia da República; ao senhor presidente da Câmara; e a sua publicação no jornal de maior tiragem nacional. Disse.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Ora, quem quer intervir acerca das moções? Ou passa-se à votação. É isso? Ricardo Carmo, quer intervir acerca das moções.

Ricardo Carmo (PSD): É só uma nota rápida. Logicamente, vamos votar favoravelmente todas as moções. Só pedimos aqui, por uma questão logística, ao Partido Socialista, que fizesse uma pequena alteração na sua moção, porque na moção do Partido Socialista é dada a indicação de que, no caso de a moção ser aprovada, que fosse publicada no jornal de maior dimensão nacional. Os custos de mercado são cerca de 2.000 a 2.500,00€ mais IVA, a publicação desta moção num jornal nacional. Eu acho, pessoalmente, e o PSD defende que [impercetível] esse dinheiro seria muito mais útil se fosse entregue para o apoio aos ucranianos que vão chegar a Portugal, do que se fossem gastos para fazer publicidade a uma moção aprovada por esta Assembleia de Freguesia. E, portanto, solicitávamos ao Partido Socialista que fizesse esta pequena retificação, poderá ser como nós fazemos na nossa moção, de fazer esta publicação num jornal local, que será também uma forma de apoiarmos a comunicação social local. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Ricardo. Ninguém mais quer intervir? Partido Socialista?

Victor Oliveira (PS): O Partido Socialista aceita a sugestão feita pelo PSD/CDS e retifica a parte final em que, em vez de ser no jornal de maior tiragem nacional, seja de jornal local.

José Maria (CDS): Senhor presidente, posso...? Boa noite, senhor presidente da mesa, restantes membros, senhor presidente do Executivo e demais executivo, senhores vogais. Em relação à moção da CDU, eu irei-me abster pela seguinte razão: nós consideramos que um povo tem direito à sua autodeterminação, às suas escolhas. Aqui, no segundo parágrafo, diz o seguinte: "Pela defesa de conversações de paz que estabilizem a relação entre os dois países e confirmem o carácter neutral da Ucrânia". Eu penso que esta particularidade, já estamos a entrar no campo da autodeterminação de o que o povo pode querer ou não querer. Era a mesma coisa que chegassem aqui os espanhóis e que nos dissessem: "Agora vocês têm que ser neutros". Portanto, eu irei-me abster em relação a esta moção. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Sr. Victor Oliveira, vogal, do Partido Socialista.

Victor Oliveira (PS): O Partido Socialista também vem aqui pôr essa questão da moção da CDU, porquanto, na verdade, a moção da CDU justifica, no seu texto, a guerra. E a questão não está em justificações nem em pressupostos, nem outros fatores que estejam por trás. A questão está na guerra, na invasão de um país. E, num regime democrático, numa sociedade democrática e civilizada, todos temos, sem tibiezas nenhumas, sem justificações de partido ideológicas, condenar a guerra. Disse. Por isso, vamos abster-nos também. Concretizando, para que fique claro, caso a CDU não aceite retificar ou retirar todos os pontos da sua moção que justificam a intervenção militar, então votaremos contra. Caso tire, então, poderemos abster-nos. Disse.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Vasco, se faz favor?

Vasco Ramos (CDU): Boa noite novamente. Bem, eu não sei se há ali algum problema de interpretação, eu andei nesta escola, mas em nenhum ponto aqui se faz alguma justificação ou defesa da guerra. Eu

vou ler. Não queria, mas vou. "A guerra que o governo da federação russa fez alastrar a todo o território da Ucrânia com a invasão de um Estado soberano e independente, merece a nossa condenação e reprovação". Isto é inequívoco. Obrigado. Então continuarei. "Não há saída para este conflito que não passe pelo fim da intervenção militar da Rússia na Ucrânia, pela defesa de conversações de paz que estabilizem a relação entre os dois países e confirmem o carácter neutral da Ucrânia na arquitetura da segurança europeia. Isto é o que está estabelecido em acordos internacionais firmados até esta data, que, obviamente, terão que ser revistos. Não desligamos a escalada belicista do impasse na implementação dos acordos de Minsk, firmados em 2015, com o objetivo de pacificar o conflito em território ucraniano, mas nunca cumpridos, que resultou em 14.000 vítimas em 7 anos de conflito. Temos razões para estar alarmados com o conflito na Ucrânia, mas também com a valorização da guerra como forma de resolução de conflitos entre estados ou estabelecimento do domínio geoestratégico sobre recursos naturais. Nas últimas décadas, a guerra voltou ao solo europeu, primeiro na Jugoslávia, depois, com esta guerra na Ucrânia. Ambos são exemplos de como a história pode ter (enterrado?) a guerra fria, mas como esta mentalidade de blocos militares e esferas de influência permanece, causando sofrimento, morte, dor e medo na Europa. A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 7.º, determina um posicionamento fundamental nas relações internacionais, que deve guiar a intervenção do Governo português. Em nenhum momento, o Governo português deve contribuir para alimentar a escalada de conflito que paira sob a ameaça de uma guerra nuclear. Neste momento, o apelo à paz urge como necessidade, de forma a combater a escalada belicista que se está a instalar. Temos assistido ao fim de importantes tratados de desarmamento, em particular, de armas nucleares. A multiplicação de conflitos, a corrida ao armamento, o acicatar rivalidades regionais e imperialistas, é motivo de sublinhada preocupação nossa e, por isso, a Assembleia da União das Freguesias de Sintra, na sua reunião, delibera manifestar a solidariedade com todos os ucranianos atingidos por este conflito, disponibilizar junto da comunidade ucraniana, em coordenação com a CMS e o Governo da República Portuguesa, meios para apoiar a eventual necessidade extraordinária de acolhimento de refugiados, apelar ao Governo português para contribuir, neste momento, neste delicado contexto, em defesa do preconizado pela Constituição da República Portuguesa, contribuindo para o (desanuviamento?) do conflito". Creio que é inequívoco.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Vamos proceder à votação. Quem vota a favor da **moção A, do PSD, "Pela Ucrânia, pela paz no mundo"**.

MOÇÃO A - PSD "Pela Ucrânia, pela paz no mundo"								
APROVADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
15	FAVOR	**5**	**5**	**2**			**2**	**1**
1	CONTRA					**1**		
2	ABSTENÇÃO				**2**			
18	**TOTAL**							

Vamos votar a **MOÇÃO C - CDU"** "Paz sim, guerra na Ucrânia não".

MOÇÃO C - CDU" "Paz sim, guerra na Ucrânia não".								
REJEITADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
3	FAVOR						**2**	**1**
8	CONTRA	**5**			**2**	**1**		
7	ABSTENÇÃO		**5**	**2**				
18	**TOTAL**							

Vamos votar a;

Moção G, "Pela paz, pela solidariedade com o povo ucraniano e por sanções económicas para travar esta guerra".

Moção G, do Bloco de Esquerda, "Pela paz, pela solidariedade com o povo ucraniano e por sanções económicas para travar esta guerra".								
APROVADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
15	FAVOR	**5**	5	2			2	1
1	CONTRA					1		
2	ABSTENÇÃO				2			
18	**TOTAL**							

Vamos votar;
Moção I, do Partido Socialista. Não tem título, mas é sobre a Ucrânia.

Moção I, do PS não tem título sobre a Ucrânia.								
APROVADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
13	FAVOR	5	5	2				1
1	CONTRA					1		
4	ABSTENÇÃO				2		2	
18	**TOTAL**							

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Agora vamos continuar com a **Moção B da CDU**, que salvo erro, querem fazer uma correção, segundo aquilo que percebi, "Estruturas e infraestruturas de higiene e saúde pública".
Vasco Ramos (CDU): É muito rápido. Nós tínhamos visto antes do começo da sessão, com os eleitos do PSD, que há aqui uma correção que deveríamos fazer, porque, como estava redigida a moção, era ilegal... eu não vou ler a moção, vou só ler o final. Portanto, no ponto conclusivo diz: "Assim, por proposta da CDU, a Assembleia da União das Freguesias de Sintra, na sua reunião data tal, solicita" – e não "delibera" – "solicita que o Executivo se comprometa a intervir junto da Autarquia, exigindo uma resolução para esta situação, em nome da dignidade e pelo respeito que os nossos eleitores nos merecem". **É a moção B que diz respeito às infraestruturas de higiene e saúde pública.**
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Pronto. Alguém quer intervir? Ricardo, faz favor.
Ricardo Duarte (IL): Boa noite a todos, mesa da Assembleia de Freguesia, executivo, restantes membros da Assembleia, vogais e público. Em primeiro lugar, queria fazer uma declaração de voto em relação ao nosso voto contra as moções sobre a Ucrânia, e têm uma única justificação, que é um princípio que eu vou definir hoje e que servirá para o resto do mandato. Da nossa parte, iremos votar, de hoje em diante, todas as moções... iremos votar contra todas as moções que vierem a esta casa, que sejam de âmbito nacional ou internacional. Este órgão é um órgão onde devem ser debatidos essencialmente temas da terra, e nós vemos constantemente, e já aconteceu também noutros mandatos, os diretórios partidários enviarem textos *ad hoc* completamente iguais para várias Freguesias, e então, acabamos por estar aqui a discutir assuntos que nada têm a ver com a Freguesia, embora, como é óbvio, e acho que não é preciso justificações, que este tema tem a gravidade que se conhece, mas também já foi amplamente debatido e continua a ser noutras formas. Ainda em relação às moções, também não compreendemos como é que numa delas se diz, em caso de aprovação, que deva ser publicada no jornal de maior tiragem nacional, que, entretanto, foi corrigida, que foi a do PS, do Partido Socialista, e depois, o PSD também prevê que a moção seja publicada num jornal local. Isto nada tem a ver com causas, acho eu, tem a ver com propaganda e, por isso, rejeitámos as moções.
Em relação às restantes moções que estão aqui apostas à votação, iremos votar a favor de todas, embora haja duas que... só... digo à mesa que nesta minha intervenção esgoto os 8 minutos e meio que tenho e resolvo já a questão do PAOD, no que a ele diz respeito. Em relação então às outras moções, queria fazer já dois comentários. Em relação à moção H, do Partido Socialista, contra o desperdício de água, e a recomendação da CDU relativamente às atividades económicas, eu tenho a dizer o seguinte:

bom, é normal que a Junta de Freguesia tenha... que a Assembleia solicite junto da Junta intervenção na Câmara de temas relacionados aqui com a nossa Freguesia, acho é um pouco estranho em que, dois partidos que são membros do Executivo da Câmara não solicitem diretamente ao Executivo a resolução dos problemas e venham aqui à Assembleia dizer à Junta para ir ainda questionar a Câmara. Portanto, acho um pouco caricato. Em relação à moção do PS sobre os preços de água, noto ausência de referência aos roubos de água que acontecem nas linhas de água na Serra de Sintra, muitas delas foram desviadas para propriedades particulares, e também que não se mencione, por exemplo, o aproveitamento das águas que correm, dia e noite, felizmente, em muitas das nossas fontes. Em relação à CDU, a recomendação sobre as atividades económicas prende-se com a atividade dos animadores turísticos que, em frente à estação dos comboios, abordam os turistas de uma forma marroquina, falta-me melhor adjetivo, e também poderia certamente solicitar junto do vereador que faz parte do Executivo uma resolução para este problema.
Moções à parte, queria então trazer aqui três assuntos. Primeiro, questionar se a mesa da Assembleia já recebeu resposta da Câmara quanto à moção que esta casa aprovou, de nossa autoria, no dia 3 de janeiro, sobre solicitar à Câmara o conhecimento atempado dos projetos, que a Câmara dê conhecimento atempado de projetos de dimensão relevante para evitarmos, no futuro, aquilo que se passa com Vale Flores e que já se passou com outras situações.
Queria também solicitar ao Executivo da Junta que, quando publica as atas no *site*, faça também constar o teor das propostas, porque nas datas das reuniões de Junta apenas têm os títulos e o resultado da votação, e há assuntos que merecem algum... merecem um conhecimento mais profundo e falta o texto dessas propostas, a exemplo, por exemplo, do que acontece na Câmara de Sintra, nós vamos consultar as atas e está lá a documentação. Para salvaguardar casos pouco caricatos como este que eu referenciei, que diz respeito à ata n.º 3/2022, da reunião ordinária de 26/01/2022, que diz o seguinte, no seu ponto 2.10: "Proposta subscrita pelo vogal Luís Costa referente à atribuição de apoio financeiro no montante de 400,00€ ao Sporting Clube de Portugal para apoio à participação da atleta da Freguesia, Mélanie Rodrigues, no Acrobatic Gymnastics World Age Group Competitions a realizar no dia de março, em Baku, no Azerbaijão, nos termos da proposta". Certamente esta proposta teve aprovação, só que nós desconhecemos o teor da mesma e, quer dizer, como eu disse há pouco, é um pouco caricato uma Junta de Freguesia ter um orçamento de 2.000.000,00€, estar a atribuir um subsídio de 400,00€ ao Sporting Clube de Portugal, que tem um orçamento de 260.000.000, que são 130 vezes. Portanto, senhor presidente e restante Executivo, se puderem, façam então... quando publicam as atas, anexar também o teor das propostas.
Por último, foi anunciado pela Junta, e está a decorrer um programa de testes gratuitos quanto ao Covid-19. Eu procurei informação sobre este projeto, não encontrei, e por isso gostava de questionar quantos utentes é que este projeto (teve?) até agora, que laboratório foi contratado e qual a forma de contrato, se é pago ao teste, se é uma avença que é dada e tem determinados objetivos, e qual é o custo que o projeto tem tido até agora. E é só. Obrigado.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Ricardo. No que diz respeito à pergunta dirigida à mesa ou à Assembleia informo que não recebi até à presente qualquer comunicação da Câmara Municipal de Sintra.
Pois, mas que os projetos que estivessem a desenvolver pela Câmara, que fossem remetidos ao Executivo?
Ricardo Duarte (IL): Não, e à Assembleia também?
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): E à Assembleia. Não recebemos nada. Não sei se o Executivo já recebeu, mas a Assembleia não recebeu nada. Portanto, vamos votar a **moção B**, é assim? O senhor presidente quer dizer alguma coisa?
Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Ora, mais uma vez, boa noite a todos. Isto da máscara condiciona mesmo muito. Só responder ao vogal Ricardo Duarte. Agradecemos bastante a intervenção que fez, porque permite-nos clarificar aquilo que, para nós, parecia claro, mas que, enfim, suscita dúvidas. Os testes gratuitos efetuados na nossa Junta de Freguesia é uma forma de prestarmos um serviço à população, porque agora, felizmente, não tanto, porque a pandemia está, enfim, a baixar, o seu impacto, os seus números, mas numa fase, no início deste ano, havia grande dificuldade das pessoas em acederem aos testes gratuitos realizados nas farmácias e noutros locais, para terem os

seus certificados para poderem entrar em restaurantes, em discotecas, em jogos de futebol, naquilo que bem entendessem. Por isso, entendeu a Junta de Freguesia que podia possibilitar às pessoas uma maior facilidade de acesso a estes testes, e realizámos um acordo com uma clínica, uma clínica chamada FSC, que presta este serviço de forma itinerante, faz, por exemplo, os testes na Assembleia da República, aos deputados e aos funcionários da Assembleia da República, e que fez também os testes nas Freguesias vizinhas de São João das Lampas e Terrugem, e também na Freguesia de Colares, sem qualquer custo para a Junta de Freguesia, porque estes testes são suportados, e bem, pelo Serviço Nacional de Saúde, todos os encargos resultantes da deslocação do enfermeiro e da assistente que com ele vem, todas as semanas, e agora, a partir de agora, quinzenal, porque o Governo reduziu o número de testes disponíveis para cada pessoa, de 4 para 2 por cada mês, portanto, entendemos que havendo essa redução, não podemos estar a fazer então todas as semanas, fazemos quinzenalmente, a partir de agora. Mas, portanto, todos os encargos relacionados com a vinda do enfermeiro e da assistente que efetua os testes são suportados, digamos assim, pelo Serviço Nacional de Saúde. O que a Junta possibilita e disponibiliza são as instalações, o acesso, as inscrições e, enfim, é um serviço público que prestamos à nossa população.

Quanto à proposta... porque isto dito assim, a proposta do Sporting, parece que a Junta está aqui a financiar o Sporting. Não. A Junta está a contribuir para uma atleta de gabarito do nosso Concelho, que por não ser futebolista, porque os do futebol, todos sabemos, têm todo o tipo de apoios, as federações, enfim, têm outros apoios e outra dimensão, mas vai participar num campeonato mundial e todas as despesas com essa participação teriam de ser suportadas pela atleta, ou pelos pais da atleta. Não dispondo, os pais da atleta, de meios financeiros para suportar essa deslocação a um país longínquo, surgiu um pedido de apoio à Junta de Freguesia. Nós entendemos, por bem, possibilitar que uma atleta de referência da nossa Freguesia estivesse num campeonato mundial, e o subsídio é, em termos formais, atribuído ao Sporting Clube de Portugal, que por sua vez o canaliza para que a atleta possa realizar a sua viagem, juntamente com outros apoios, porque o subsídio que nós demos não cobre metade da deslocação ou da despesa que a atleta vai ter. Portanto, é uma maneira, é um procedimento que já foi seguido por outras Freguesias, e também pela nossa, noutros mandatos, é uma maneira de valorizarmos aqueles que são nossos.

Quanto ao conhecimento antecipado de projetos, é uma moção que não precisava de ter sido feita, mas ainda bem que foi feita, está no nosso plano de atividades para este ano, nós defendemos, e estava também no nosso programa de candidatura, nós defendemos que os projetos impactantes realizados na nossa Freguesia, sejam da Câmara, sejam da Junta de Freguesia, devem ser discutidos aqui nesta Assembleia, devem merecer uma apresentação pública para que todos possam ter contacto com eles e para que não surjam, como foi bem dito pelo Ricardo, situações como aquela que está a acontecer em Vale Flores, em que de facto não houve essa informação à população. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Ricardo faz favor.

Ricardo Duarte (IL): Obrigado, senhor presidente da Junta pelos esclarecimentos. Então, neste caso, entendo que o programa dos testes é um protocolo assinado pelo Serviço Nacional de Saúde, ou coisa que o valha, e que a questão do Sporting foi... o Sporting será um meio de a atleta receber o dinheiro. De qualquer maneira, quer dizer, pronto, é caricato que realmente um clube da dimensão do Sporting precise de andar a pedir dinheiro para apoiar uma atleta para ir ao Azerbaijão, mas é o que temos. Finalmente então, queria saber se, não havendo ainda a comunicação da Câmara, se a Junta tem de alguma forma conhecimento de algum projeto que esteja para breve, de dimensão relevante para o nosso território, que possa partilhar connosco, uma vez que oficialmente ainda não se sabe de nada. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado, Ricardo. Faz favor Sr. Presidente.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Só muito rapidamente. Para já, na nossa Freguesia, não temos conhecimento de nenhum projeto relevante que, enfim, tenha essa necessidade de discussão. O único relevante, mas que vai ser efetuado pela Junta de Freguesia, que será aqui trazido e depois estudaremos qual a melhor forma de ser apresentado, será a requalificação do jardim da Portela, que obviamente já foi apresentado numa Assembleia de Freguesia, mas que vai ter que ser adaptado a um menor orçamento, a um menor custo, aos tais 100.000,00€ que estão aprovados por

esta Assembleia de Freguesia, o projeto ficou pendente, nós queremos retomá-lo agora e queremos discuti-lo com a Assembleia e, enfim, com os eventuais interessados para que possam surgir sugestões que o possam valorizar. Quanto à atleta... a atleta não vai representar o Sporting. Porque se a atleta fosse representar o Sporting, era lá um problema deles. A atleta vai representar a seleção nacional. Ela vai vestir a camisola de Portugal, não é a camisola do Sporting. Daí não ter apoio. Porque se ela fosse numa equipa do Sporting, o Sporting que arranjasse lá os patrocínios que quisesse. Infelizmente, há federações que não têm financiamento do Estado, que suportem a participação de atletas em competições internacionais, daí o nosso apoio.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, vamos votar já esta **moção B.** "Estruturas infraestruturas de higiene e saúde pública

Moção B - CDU, "Estruturas infraestruturas de higiene e saúde pública".								
APROVADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
12	FAVOR		5	2	2	1	2	1
6	CONTRA	5						
	ABSTENÇÃO							
18	**TOTAL**							

Portanto, quem vota a favor da moção B, "Estruturas infraestruturas de higiene e saúde pública", apresentada pela CDU? temos o Bloco de Esquerda 1 CDU 2 o PSD 5, do CDS 2; 1, Iniciativa Liberal; 2 do CHEGA a favor,

Moção B - CDU, "Estruturas infraestruturas de higiene e saúde pública".								
APROVADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
13	FAVOR		5	2	2	1	2	1
5	CONTRA	5						
	ABSTENÇÃO							
18	**TOTAL**							

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Moção D, do CHEGA, "Pela criação do boletim informativo em formato de papel e/ou digital". Alguém quer discutir esta moção? Ricardo Carmo, se faz favor.

Ricardo Carmo (PSD): É que é assim, além de estar no plano de atividades e orçamento a criação do boletim da Freguesia, esta Assembleia de Freguesia não tem competências para deliberar a criação de um boletim de Freguesia. Extravasa as competências da Freguesia. E, portanto, o PSD não pode aprovar esta moção, porque extravasa a competência própria funcional da Assembleia de Freguesia, legalmente. Aliás, nós tivemos o cuidado, quando esta moção foi apresentada, ainda na reunião de conferência de líderes, de chamar à atenção ao representante do CHEGA, desta situação. Que não foi alterada. Portanto, isto pode passar por uma recomendação pela criação do boletim, mas que está definido no plano de atividades e orçamentos, também seria quase aqui uma pescadinha de rabo na boca. Agora, efetivamente, nesta situação, nós votaremos contra pela única razão que extravasa as competências próprias desta Assembleia de Freguesia. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): tive a oportunidade de falar com a vogal Marta, e disse-lhe que o vogal Miguel Fonte, na reunião de líderes, de 24/02, informou que a moção ia ser reformulada". E foi nesse sentido que eu ontem disse isto à Marta, no entanto tornou a enviar a mesma moção, perguntei se tinha sido reformulada, disse-me que não, e é por isso que ela está aqui. Portanto, eu acho que vocês deviam retirar a moção e articular se efetivamente é para reformular ou não. Porque a informação que nós tínhamos, na conferência de líderes, é que a moção ia ser reformulada.

Victor Oliveira (PS): Sim, sim.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Estamos a perguntar ao CHEGA se vai retirar ou se mantém a moção?
Marta (CHEGA): Boa noite, senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Junta, executivo, eleitos e todos os presentes. **Então, quanto à moção do Partido CHEGA, nós então retiramos o nome de "moção" e passamos para "recomendação".**
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado Marta, a Assembleia está em condições de votar.
Marta (CHEGA): OK. Já agora, também vou aproveitar, em nome do Partido CHEGA, queremos também saudar todas as mulheres, apesar de o Dia das Mulheres ser amanhã, mas queremos saudar também. OK? Dia das Mulheres, está bom?
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): OK, Marta? Muito obrigado.
Quer dizer, se a Assembleia entender que deve aceitar a alteração que a Marta propõe para recomendação a Assembleia é soberana.
Celina Santos (BE): Queria apenas comunicar que vamos abster-nos desta recomendação, não por estarmos contra o conteúdo, estamos completamente a favor, mas porque entendemos que esta moção já é um compromisso do Executivo, o presidente já se comprometeu com esta atividade, portanto, não vamos votar se ela vai existir ou não, não nos faz sentido, ela era parte do programa do Bloco, fez parte do caderno de encargos que entregámos em novembro, e, portanto, a pergunta que se coloca não é se ela vai existir, é quando e como, porque é esse o compromisso do presidente. E, portanto, apenas por isso iremos abster-nos e deixamos esta pergunta.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado Celina. Cristina Rodrigues.
Cristina Rodrigues (CDU): Boa noite a todos, senhor presidente da Junta, Executivo, senhor presidente da mesa e a mesa, os senhores vogais e público presente. Senhor presidente da mesa, eu queria saber quanto tempo é que a CDU.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Dispõe de 4 minutos e 30 segundos.
Cristina Rodrigues (CDU): Bom, vou tentar ler a minha intervenção que eu tinha para o PAOD. Mas, de qualquer maneira, eu quero deixar o repúdio da CDU de como isto se está a passar, porque para...a CDU não vai passar o PAOD a discutir moções, só a discutir moções. O PAOD não pode ser só discutir moções, o PAOD é para discutirmos também os problemas da Freguesia.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Vou dizer que estamos a discutir o regimento e isso tem sido falado no regimento, e a Cristina sabe muito bem o que foi dito. Portanto, continuamos a discutir, o regimento não está fechado, é transpor isso para a reunião, porque parece que o entendimento foi este que a mesa está a seguir. É o que está no regimento atual e é aquele que vai continuar, pelo menos, até à presente data. É isso só que eu quero dizer à Cristina.
Cristina Rodrigues (CDU): Eu era para falar nisso no próximo dia 16 Data reunião da comissão da revisão do regimento, mas pronto, vai já hoje, porque... vai ser a última reunião de regimento que a CDU vai participar, quer ele fique finalizado ou não. Porque o Partido Socialista está outra vez, como fez há 4 anos, a protelar, a protelar, a protelar, e a querer passar o tempo sem termos regimento, e não pode ser. Portanto, a próxima reunião, a CDU vai estar presente, a partir daí, esteja o regimento pronto ou não, não vamos participar mais. Pronto. A CDU colocou um conjunto de preocupações na última reunião pública a que o senhor presidente do Executivo não respondeu, questões essas que eram também subscritas pela sua bancada, então, na oposição no mandato anterior. Perante isto, somos levados a pensar que, ou temos duas pessoas diferentes, ou que os problemas deixam de ser problemas quando mudam as lideranças. Como a CDU sempre afirmou, a atual dimensão da Freguesia coloca dificuldades acrescidas de intervenção, trouxemos preocupações com a intervenção no espaço público. Ainda que o atual Executivo tenha reforçado o trabalho, muito há por fazer.
Questionámos o atual Executivo acerca dos rails colocados entre Cabriz e Lourel. Há intenção de remover aquelas estruturas? Ou deixou de ser uma preocupação? Aguardamos resposta.
Questionámos acerca do desbaste de vegetação que ocupa parte da via pública, na Avenida da Aviação Portuguesa, junto da Quinta de Boialvo. Aguardamos resposta.
Questionámos acerca da intervenção na Rua Eça de Queirós, em Lourel, uma rua que se encontra toda esburacada. Aguardamos resposta.

Questionámos acerca do terminal da Portela de Sintra, por isso apresentámos a moção, passado cerca de 6 meses da tomada de posse deste Executivo. Que trabalho houve no sentido de melhorar aquele espaço em benefício de quem o utiliza e ali circula? Aguardamos resposta.
Em vários locais da Freguesia, há árvores que ultrapassam a altura os prédios e, por não terem sido acompanhados de desbastes, entram em varandas a telhados, provocando danos por humidade. Temos conhecimento, através de um administrador de condomínio, de que terá havido uma intervenção na Rua da Eira, em Lourel, mas a mesma não é visível, nem em altura, nem em raio. Confirma-se a intervenção?
No anterior mandato, o senhor presidente acusou várias vezes o anterior Executivo de não fazer chegar convites aos eleitos da Assembleia de Freguesia, no entanto, a CDU teve conhecimento, através das redes sociais, da promoção, da parte do senhor presidente, de uma discussão pública sobre o ecocentro de Vale Flores. Não considerou importante dirigir um convite aos eleitos desta Freguesia? Sobre essa discussão em torno da localização do ecocentro, considerámos essencial o debate envolvendo os moradores. O projeto do ecocentro de Vale Flores passou pela apresentação pública em 2020, tendo na altura suscitado poucas dúvidas. No entanto, existiam incertezas quanto à forma, ao tempo e ao espaço. O processo avançou e é lamentável que não se tenha envolvido os moradores e a sua participação, gerando especulação e dando azo a desinformação.
Entretanto, chegou ao nosso conhecimento que existem iniciativas no sentido de encontrar soluções com todos (os acessos?) e impacto visual, compreendemos as dúvidas e receios da população. Por isso, a CDU encontra-se disponível para participar na discussão de esclarecimento e informação acerca deste tema, dispensando as iniciativas que nada acrescentam ou fomentam a desinformação instalada.
Por último, foram lançados alguns desafios ao senhor presidente do Executivo sobre a realização de eventos desportivos, tais como o regresso da Meia-Maratona dos Palácios, ou a Prova da Corrida do Ambiente. Na nossa Freguesia não existem espaços para a prática de exercício físico, não existe um único local para a prática de atletismo em ambiente trabalhado, seja ele uma pista de velocidade, de *cross* ou circuito de corta-mato. Já foi desenvolvido algum trabalho nesse sentido, e ia perguntar pelos cartões, mas os cartões já estão prontos. Obrigada.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Cristina. Eu queria dizer alguma coisa, porque tenho participado passivamente, na reunião de líderes do regimento, mas acho que estão todas as forças políticas unidas de uma boa vontade de se fazer um regimento que não crie dúvidas, que seja facilitador das condições de Assembleia, nomeadamente pelo presidente, e eu tenho registado que efetivamente é essa a preocupação da equipa que está a redigir, a fazer a revisão do regimento. Portanto, eu queria fazer essa afirmação aqui perante todos os membros da Assembleia, porque tive a oportunidade de dizer, e digo-o aqui uma vez, um regimento para eu cumprir, portanto, não faz sentido que eu participe, apenas também alguns... muitas vezes algumas achegas também são dadas, para ver se vamos ter um regimento que tenha efetivamente o acordo de toda esta Assembleia. O CHEGA já fez chegar aqui, portanto, a alteração da moção.
Susana Miranda (2.ª Secretária): Já fez chegar, é uma redundância. Então vamos cá ver... de acordo com a alteração feita pelo CHEGA, **a moção passa a recomendação**. No segundo parágrafo, onde diz: "Na nossa ótica, aproveitando a presente alteração", "proposta alteração", depois...
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Passa para recomendação?
Susana Miranda (2.ª Secretária): ...passa...
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Para alteração.
Susana Miranda (2.ª Secretária): Alteração, foi o que eu acabei de dizer.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Peço desculpa.
Susana Miranda (2.ª Secretária): Depois, no terceiro parágrafo: "Assim, pelo exposto, recomenda-se a esta Assembleia de Freguesias da União de Freguesias de Sintra a criação urgente de um boletim informativo da União de Freguesias de Sintra e saber quando e qual a tiragem. A divulgação desta recomendação a todas as concelhias do partido e eleitos desta Assembleia de Freguesia, à Assembleia Municipal de Sintra e ao Executivo da Câmara Municipal de Sintra". Pronto, esta foi a alteração feita pelo grupo.
Susana Miranda (2.ª Secretária): Onde é que dizia isso?
Marta (CHEGA): [inaudível]... é assim, eu apenas cito a divulgação, mas é: "Solicitamos

Susana Miranda (2.ª Secretária): Pois, mas não estava. Estava aí tudo assim um bocadinho confuso, isso estava muito rascunhado, está bem? OK. "Solicita a divulgação", correto?
Marta (CHEGA): Correto, sim. Obrigada.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia Faz favor, senhor presidente.
Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): É só para dar dois esclarecimentos muito rápidos. Em relação à moção do CHEGA, sobre o boletim, já foi aqui dito, de facto, está no nosso plano de atividades, aceitamos a recomendação e estamos de acordo com ela, mas não é preciso recomendar aquilo que já está acordado e que foi aprovado pela própria Assembleia, o nosso plano de atividades. Neste primeiro ano de mandato, o boletim terá duas edições, a primeira em junho, coincidido com os festejos de São Pedro, para também promover a divulgação daquilo que será o programa das festas que for possível realizar e depois, uma segunda edição no fim do ano, naturalmente, em dezembro. Terá páginas para todos os partidos representados na Assembleia, cada um terá a sua página para escrever o que bem entender, tudo como está previsto no plano de atividades e como foi acordado também com alguns dos partidos que reuniram connosco antes da apresentação do plano e do orçamento. Quanto à intervenção da vogal Cristina Rodrigues, da CDU, eu vou dar a mesma resposta que dei na outra Assembleia: a maior parte dos problemas que aqui trouxe são problemas de responsabilidade da Câmara Municipal de Sintra, o que eu posso comprometer-me aqui é tentar encontrar uma reunião entre o vereador Pedro Ventura, da CDU, e os eleitos da CDU nesta Assembleia, porque alguns assuntos até são da responsabilidade do pelouro dele. Portanto, a Junta está disponível para mediar uma reunião entre o vereador Pedro Ventura, da CDU, que tem pelouros, competências assumidas, e muito bem, no Executivo da Câmara Municipal de Sintra, e os eleitos da CDU nesta Assembleia, para que ele possa dar resposta a muitas das perguntas que foram aqui levantadas. Muito obrigado.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Faz favor, Marta
Marta (CHEGA): Boa noite novamente. Uma pergunta ao Sr. Presidente Paulo. Eu queria saber se o boletim vai ser em formato digital ou em papel?
Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Os dois formatos, mas já agora, se me permite. Só dizer que, em formato digital temos o *site* da Junta, que vai ser reformulado. Já agora, queria aqui anunciar que a reformulação do *site* será um primeiro avanço para o boletim, de forma a incluir um espaço próprio para que cada um dos partidos aqui representado – também foi um comprometimento que tivemos aquando da elaboração do plano e orçamento – possam ter também o vosso espaço no *site* da Junta de Freguesia.
Marta (CHEGA): OK. E, já agora, também outra pergunta, senhor presidente. O boletim em papel, como é que vai fazer para chegar à casa dos fregueses da União de freguesias.
Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Olhe, são pormenores que ainda não estão definidos, tudo depende dos orçamentos e dos custos. Normalmente, faz-se o chamado *infomail*, em que se entrega nos Correios e eles distribuem, houve aqui alguém que perguntou sobre a tiragem. A tiragem ainda não posso dizer, porque tudo depende dos números. Porque às vezes há gráficas que, na diferença entre 15 ou 20.000 exemplares, a diferença de custo não é tão grande, e então, quanto mais possamos tirar, melhor será para todos. Mas também, não vale a pena estarmos a desperdiçar papel para depois ficar aí pendurado e andar pelos caixotes de lixo.
Marta (CHEGA): OK, grata pelo esclarecimento.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Vamos votar a recomendação. Quem vota a favor da recomendação 01/2022, "Pela criação do boletim informativo em formato de papel e/ou digital?

RECOMENDAÇÃO do CHEGA, pela criação do boletim informativo em formato de papel e/ou digital.								
APROVADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
13	FAVOR	5	5		2	1		
	CONTRA							
5	ABSTENÇÃO			2			2	1
18	TOTAL							

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Moção E"Dia Internacional da Mulher", apresentada pelo Bloco de Esquerda. Faz favor, Celina.

Celina Santos (BE): Amanhã é dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, um dia que deve assinalar o trabalho de todos os dias pela igualdade, um dia que deve celebrar as liberdades e os direitos conquistados para as mulheres pela sua igualdade, mas também um dia para lembrar as desigualdades, as discriminações e as violências que persistem. Cito dois números oficiais que ilustram o peso desta desigualdade no dia a dia das mulheres: o salário médio das mulheres é hoje de 1.005,00€, quando o dos homens é, em média, 1.230; o tempo médio diário de trabalho não pago das mulheres são 4 horas e 17 minutos por dia, dos homens, 2 horas e 37, em média. É longo o caminho para que estas desigualdades deixem de existir e passa pela tomada de consciência destas desigualdades, pelo trabalho diário no seu combate e também por assinalar dias como estes. Assim, propomos que esta Assembleia saúde o Dia Internacional das Mulheres, celebrando as conquistas alcançadas, reafirmando o seu compromisso com as lutas que faltam travar. Que reafirme a União das Freguesias de Sintra como uma Freguesia de igualdade e de não discriminação de género, e que nesse sentido se compromete em promover e associar-se a todas as ações que visem concretizar este desígnio. Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Celina. Faz favor José Maria do CDS

José Maria (CDS): Boa noite, mais uma vez. O Dia Internacional das Mulheres, 100% de acordo, vivam as mulheres, viva a igualdade. Tudo de bom para as mulheres, para as mães, tudo ótimo. Não irei votar a favor desta moção porque estar a utilizar o Dia Internacional da Mulher para colocar aqui termos como "Partidos de extrema-direita em todo o mundo está a aumentar, Portugal não é exceção" no Parlamento, não contem com o CDS, irei-me abster. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, José Maria. Faz favor, Hélder.

Hélder Santos (CHEGA): Ora, boa noite, senhor presidente da Assembleia, boa noite ao Executivo, aos eleitos e aqui às pessoas presentes. O CHEGA, em relação a esta proposta, vai votar contra, usando também a mesma retórica que o CDS disse, porque o Bloco de Esquerda tem muito a ousadia de chamar ao CHEGA a "extrema-direita", não sei em que é que ele vê a extrema-direita, nós temos elementos femininos no nosso partido, temos eleitos e deputadas no nosso partido, ou melhor, que vão tomar posse, portanto, por essa razão é que vamos votar contra. Deixamos aqui, conforme a minha colega disse, o nosso orgulho em termos mulheres no partido, e saudar todas as mulheres portuguesas e não portuguesas que habitem aqui em Portugal. As questões de diferenças de salário, diferenças de... ou bloqueios em termos de género, são assuntos que devem ser debatidos na Assembleia da República e não na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Sintra. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado, Hélder. Há mais alguma intervenção?

Vamos votar Moção E do Bloco de Esquerda, **"Dia Internacional da Mulher"**

Moção E, do Bloco de Esquerda, "Dia Internacional das Mulheres".								
APROVADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
14	FAVOR	5	5			1	2	1
2	CONTRA				2			
2	ABSTENÇÃO			2				
18	**TOTAL**							

Moção F.

Faz favor, Celina.

Celina Santos (BE): Boa noite novamente. Apresentamos aqui hoje a moção para esta Assembleia de Freguesia se pronunciar sobre a localização do ecocentro de Vale Flores, cujos moradores quero cumprimentar. A polémica em torno da localização do ecocentro de Vale Flores tem estado na Ordem

do Dia da nossa Freguesia e tem sido um debate vivo e participado, prova de que as pessoas, se devidamente informadas, participam na vida da sua comunidade e procuram ter voz ativa nas decisões que lhes dizem respeito. Não vou reeditar o debate, a cronologia dos acontecimentos é conhecida, as explicações foram dadas, mais tarde que cedo, mas foram dadas, e o que interessa neste momento é reforçar a voz dos moradores e das moradoras na exigência da relocalização de um equipamento cuja necessidade é incontestada, mas cuja solução não é a melhor. Um dos princípios do poder político local, lembro, é a proximidade das e dos cidadãos, a possibilidade de os envolver, de os ouvir e de criar respostas adequadas às suas necessidades e aspirações. A implementação do ecocentro de Vale Flores, e dos outros três, já agora, não só não envolveu a população, como continua a ignorar as suas legítimas preocupações com o aumento da circulação automóvel e do ruído no interior do bairro, e faz tábua rasa de uma promessa com mais de 20 anos, de criar um espaço de lazer em todo o terreno que agora a Câmara quer ocupar com um ecocentro. No Bloco de Esquerda estamos convencidas e convencidos da importância dos ecocentros para o Concelho, mas estamos profundamente preocupadas e preocupados com a forma como estão a ser definidos e implementados. Por isso, propomos a esta Assembleia de Freguesia que tome uma posição sobre esta questão, nomeadamente, acompanhar as preocupações das moradoras e moradores de Vale Flores sobre a hipótese de alterar a localização do ecocentro da extremidade do bairro... ah, estou a ler mal. Peço desculpa. Não vou... acompanhar as preocupações dos moradores e moradoras de Vale Flores sobre a hipótese de instalação do ecocentro na extremidade do bairro, reconhecendo que a sua implementação na localização anunciada é problemática para a sua qualidade de vida; recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Sintra a suspensão da obra em curso e a revisão do projeto, nomeadamente a sua localização; que proceda à instalação do Parque Urbano de Vale Flores na área para onde está previsto há duas décadas; que diligencie junto do SMAS para que a tomada de decisão sobre a localização deste, ou de qualquer outro equipamento, seja precedida de uma apresentação e discussão públicas atempadas, para ser possível introduzir alterações e não nos encontrarmos novamente em situações problemáticas como as de hoje. Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Sim. Muito obrigado, Celina. Ninguém mais quer intervir? Então, vamos proceder à votação da **Moção F. do Bloco de Esquerda "Pela alteração de localização do ecocentro de Vale Flores".**

Victor Oliveira (PS): Eu também quero intervir.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): faz favor. Victor Oliveira.

Victor Oliveira (PS): Eu pedi a palavra para intervir até a propósito desta moção do Bloco de Esquerda, para frisar e lembrar ao Bloco de Esquerda que os temas, quando são discutidos em Assembleia, e foram por duas vezes, em duas Assembleias, o Bloco de Esquerda nem sequer perguntou nada, nem sequer questionou nada, nem sequer nunca (interveio em?) nada. E agora aparece... aliás, não foi só o Bloco de Esquerda, como quase todas as forças políticas. E agora aparece como arauto dos fregueses a querer suscitar outra vez uma questão que está arrumada. Sem sentido absolutamente nenhum. O sentido de responsabilidade na representação dos fregueses leva a, quando os temas estão para serem discutidos, para serem aprovados e para serem levados a quem tem que ser levado, ser no momento próprio, não é fingir que se serve os fregueses, porque isto não é fazer política. Fazer política é um exercício de representação com verdade e com legitimidade. Agora, representar só para fingir que se faz um folclore, convenhamos, isso não é servir os fregueses. O assunto está arrumado há muito tempo, todos tomaram as suas próprias posições, o PSD, o PS, tudo. Umas públicas, ao contrário, outras em Facebook, outras... tudo mais foi dito. Já está o assunto arrumado. E agora, ressuscitar outra vez, incitar os fregueses a uma questão que o próprio Bloco de Esquerda nada fez, nada disse e serviu mal os seus fregueses. Disse.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Victor. Há mais alguém que queira fazer uma intervenção? Ricardo Carmo.

Ricardo Carmo (PSD): Como já foi dito, esta questão de Vale Flores tem sido discutida, tem sido falada, tem sido discutida, tem sido debatida, tem levantado alguns sentimentos, e eu confesso que hoje aqui pensava que o Partido Socialista vinha fazer outro tipo de intervenção. Primeiro, pensei que o Partido Socialista vinha pedir desculpa aos fregueses. E pedir desculpa aos fregueses, não era por causa da execução do ecocentro, porque nada disso está em causa. O PSD defende a construção dos ecocentros

em Sintra, como todos aqui na sala, inclusivamente os fregueses também o defendem. O que se passa é que na última reunião que houve de apresentação do projeto, para o qual todos fomos convidados, esteve a população de Vale Flores presente, estiveram todas as forças políticas.
Não identificado: Não fomos convidados.
Ricardo Carmo (PSD): Então não fomos... não fomos convidados. Sim. Houve essa reunião... houve a reunião em que todas as forças políticas estiveram presentes menos o Partido Socialista, que se fez autorrepresentar por um... que se apresentou nessa reunião como um ex-autarca socialista, que se apresentou e falou na qualidade de ex-autarca socialista, foi assim que o senhor se apresentou. E a conclusão... uma das poucas conclusões que se conseguiu tirar daquela reunião, foi o facto que foi dito que os SMAS, há 1 ano atrás, ou há 8 meses atrás, tinha entregue o projeto, ou tinha enviado o projeto para a Junta de Freguesia. Foi dito pelo diretor dos SMAS, um senhor que foi indicado pela gestão da Câmara Municipal de Sintra, foi nomeado pela gestão da Câmara Municipal de Sintra, foi dito nessa reunião que o projeto tinha sido enviado para a Junta de Freguesia de Sintra, em junho ou julho do ano passado, no mandato do Partido Socialista. E, portanto, para sermos sérios e podermos discutir de uma forma séria e sincera este assunto de Vale Flores, é importante primeiro sabermos, da parte do Partido Socialista, efetivamente, se rececionaram ou não esse projeto na Junta. Porque aqui temos dois caminhos: se rececionaram o projeto na Junta, não fizeram o que deviam ter feito em junho do ano passado, que era apresentá-lo às populações; se não rececionaram, temos uma questão mais grave, que é: o senhor diretor dos SMAS mentiu a todos que estavam presentes naquela sala. E, portanto, para avançarmos com a discussão deste assunto, precisamos claramente que o Partido Socialista possa esclarecer esta dúvida que temos, para sabermos de que moldes é que podemos então avançar para a discussão deste assunto. Muito obrigado.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Ricardo. José Maria do CDS faz favor.
José Maria (CDS): Boa noite, mais uma vez. Em relação aqui à situação de Vale Flores, Vale Flores acaba por ser um processo que entronca com todas as grandes obras aqui na Freguesia e no próprio Concelho, que é: avança-se com os projetos, mas a falta de comunicação e informação para com a população é por demais evidente. E penso que já foi aqui dito hoje, há várias situações aqui nesta Freguesia em que os projetos e a obra aparecem como dados adquiridos. São dados adquiridos. Eu entrei este ano e, só neste ano, já apanhei aqui duas situações nesta Freguesia, que das duas, uma: ou a Câmara não sabe comunicar e não comunica, ou a antiga Junta, o antigo Executivo, não comunicava... há aqui um problema em relação à população de Sintra, da Freguesia, e os Executivos. Ou seja, camarário ou da própria Junta. O que é que eu quero dizer com isto? Agora temos a situação de Vale Flores: projeto de acessibilidades, não existe. Mas se formos ao Hospital, que ainda é uma volumetria maior de obra, projeto de acessibilidades, não existe. Conclusão: nesta Câmara, uma situação que se pede a qualquer privado num projeto e no processo, que é o projeto de acessibilidades, esta Câmara avança com qualquer obra e não faz o que lhe é devido e o que exige aos demais. Vejamos este parque de estacionamento aqui da Portela. Zona de aceleração, não tem. Zona de desaceleração, não tem. É um parque de estacionamento, à boa maneira de Sintra e à boa maneira da Freguesia aqui da União de Freguesias de Sintra. Largo D. Fernando, projeto 1, projeto 2, projeto 3... eu estive na última sessão e as pessoas estavam a falar de um projeto que nem estava ali em discussão. As pessoas não sabiam o que é que estavam a dizer. Muitas daquelas pessoas estavam-se a referir a um outro projeto, que não era o projeto que se estava a falar ali. Vale Flores, a mesma situação. As pessoas falam, mas não conseguem passar, isto há aqui um problema. O Executivo não consegue chegar às pessoas ou as pessoas não conseguem perceber o Executivo. É isto que está aqui. Como é que é possível? Como é que é possível ir a Vale Flores e não se ter um projeto de acessibilidades, quando aquilo passa tudo pelo meio dos prédios? Como é que se faz o Hospital e passa tudo pelo meio dos prédios? Há aqui um problema. É que isto não se vê em mais lado nenhum. Eu só irei-me abster nesta situação, e vou dizer, que é a parte de suspender obra, de recomendar a suspensão de obra... a obra está entregue, a obra está adjudicada, portanto, com muita pena para as pessoas de Vale Flores que poderiam querer... acho que o dinheiro público deve-se ter em atenção, e suspender a obra não vai fazer nada, não vai mudar nada, portanto, é por isso que eu me irei abster, concordando com as pretensões da população, que tem todo o direito de se sentir indignada perante tal situação. Obrigado.

Victor Oliveira (PS): Era bom que o PSD, em vez de exigir que o PS pedisse desculpa, dissesse aqui à Assembleia como é que os seus vereadores votaram na Câmara. Segundo, a Junta de Freguesia, no Executivo anterior, ainda com Fernando Pereira, fez uma presidência aberta sobre o assunto. Na Junta de Freguesia, os eleitos do PSD manifestaram a sua posição, favorável também. E estamos aqui com um problema que também todas estas asserções a atacarem o Partido Socialista, recomendo e faço as mesmas palavras que fiz para o Bloco de Esquerda: temos que representar os fregueses. Ainda agora tivemos um freguês que veio aqui e disse claramente, para todos ouvirem, que agradecia à presidente Antónia Raminhos, os ter informado sobre Vale Flores. Foi o freguês que o disse. Portanto, ou os eleitos do PSD e os vereadores do PSD não leem os projetos, não leem os documentos e votam de olhos fechados, ou então não sabemos o que é que estamos aqui a fazer. Por isso, nós vamos votar contra esta moção. Disse.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Ricardo Carmo faz favor.
Ricardo Carmo (PSD): Mas, Sr. Vogal Victor, do Partido Socialista, sem problemas e sem receios, o PSD votou favoravelmente na Câmara a construção do ecocentro de Vale Flores. Os vogais do mandato anterior do PSD e os vogais do PSD neste mandato, são favoráveis à construção do ecocentro. Ponto. E é claro. Eu respondo diretamente às suas perguntas, lamento que o senhor não tenha feito a mesma coisa às perguntas que eu lhe fiz. O Executivo do PS, no mandato anterior, rececionou ou não o projeto dos SMAS? Ponto.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Victor Oliveira faz favor
Victor Oliveira (PS): É muito simples a resposta. É muito simples. Com tudo o que se passou, com duas Assembleias, com os votos favoráveis, o que é que quer que eu lhe diga mais?
Ricardo Carmo (PSD): Sim ou não!
Victor Oliveira (PS): O que é que quer que eu lhe diga mais? Já está tudo dito. É escusado insistirmos nesse tipo de argumentação para procurar ganhar uma vantagem, não é isso que nós estamos aqui a fazer. Não é para isso que nós estamos aqui. As vantagens ganham-se naquilo que nós podemos fazer de melhor a servir os fregueses. Agora, questões deste tipo, burocráticas, institucionais, não dão votos nem servem os fregueses. Eu, neste mandato, não estou aqui para isso, estou aqui para servir os fregueses. É essa a minha posição. E é por essa posição que eu assumo este discurso e agradeço ao CHEGA ter-me dado o tempo para eu poder dizer: eu estou aqui para servir os fregueses, não vou entrar em nenhuma questiúncula institucional pensando que com isso estou a servir os fregueses, porque não é assim que se serve os fregueses. Disse. Muito obrigado.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Sr. Victor.
Eu apenas queria dizer que participei numa reunião, quando foi da apresentação do SMAS, pelo meu amigo Carlos Vieira e, na altura, pedi a localização e digo, com toda a franqueza, não percebi pois naquela Assembleia não se queria indicar a localização exata do ecocentro Perguntei, apresentaram-me uma maqueta estranhei, percebi que não queriam indicar a localização. "A norte do IC do nó de não sei quantos", e eu digo, com toda a franqueza, fiquei a pensar: "Mas eles vão transformar a Samsung" fiquei eu convencido. "Vão transformar a Samsung num ecocentro?". Portanto, é o que eu tenho a dizer. Não fiquei esclarecido, não me esclareceram e, portanto, admito que haja outras informações pois não participei em mais nenhuma reunião. Alguém mais quer intervir?
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Um momento só, temos conferência de tempos. O Bloco de Esquerda faz favor
Celina Santos (BE): Eu disse que não queria reeditar o debate, mas não é folclore. O Bloco participou com toda a responsabilidade em todos os eventos e discussões, com a informação que foi disponibilizada e com as promessas de informação que foram dadas em dezembro de 2020, que iria haver informação adicional, que nunca incluiu a localização. Mas o que eu disse na minha intervenção é: o importante neste momento é a resposta que esta Assembleia de Freguesia vai dar aos moradores. Se vai dizer (de?): "O processo correu muito bem, a localização está ótima", se vai dizer: "Correu mal, mas paciência", ou se vai dizer que une esforços e vai tentar corrigir a situação? Essa é a questão que se coloca hoje. Eu não vou reeditar o debate. Obrigada.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Celina, Ricardo Carmo faz favor

Ricardo Carmo (PSD): [...] ao Sr. Vogal Victor e aos vogais do Partido Socialista. Poucos de vocês se calhar me conhecem, mas eu tenho o privilégio de poder participar nesta vida autárquica há 25 anos e tenho alguma experiência, algum conhecimento, e uma coisa digo aos vogais do Partido Socialista, ao senhor líder de bancada e a todos em particular: há uma coisa que nos une a todos enquanto políticos locais, que é a verdade. E a luta pela verdade, independentemente das divergências políticas e das convicções políticas que cada um defende. Por isso, a questão fica no ar. Se o Partido Socialista não me quer responder, não aceitamos, mas respeitamos, porque a dúvida fica. Foi dito à população de Vale Flores que o projeto ia ser apresentado, foi dito pelo diretor dos SMAS que o projeto foi enviado para a Junta e, a partir daí, o projeto eclipsou-se, até agora, à aprovação final por parte da Câmara. Portanto, isto... há uma dúvida e, para essa dúvida, ficamos a aguardar resposta o mais rapidamente possível, que é: ou o Executivo PS anterior recebeu e escondeu o projeto com medo da reação das pessoas, a 6 meses das eleições, ou, mais grave, ou mais grave ainda, o diretor dos SMAS mentiu e, enquanto servidor público, se assim for, tem que ser destituído.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Ricardo.

Não, não há mais ninguém inscrito. Portanto, vamos passar à votação. É isso?

Susana Miranda (2.ª Secretária): Senão (passa-se à?) votação.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Palavra ao Executivo

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): É muito rápido. Não vou entrar na discussão política, porque, enfim, também já não é essa a minha missão. Mas quero aqui precisar algumas coisas que foram ditas. A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Sintra nunca se pronunciou, nunca votou sobre esta matéria. Foi aqui dito que foi votado, não. A Assembleia de Freguesia nunca votou sobre esta matéria. Há uma ata em que o anterior presidente, Fernando Pereira, diz concretamente que o futuro ecocentro se vai situar nas traseiras da Samsung. Pronto. Quanto à presidência aberta, como foi público na altura, os autarcas da oposição não foram convidados para participar nessa presidência aberta, contrariamente ao que acontecia no mandato de 2013-2017, em que era o Sr. Eduardo Casinhas o presidente da Junta, e que tinha a fineza e a delicadeza de convidar todos os partidos, incluindo o Partido Socialista, que nessa altura estava na oposição, na Junta, convidava todos os partidos para participar nas presidências abertas.

Era só esta... em termos políticos, era só esta questão. Depois, queria dizer que, como já foi dito, todos sabem que apanhámos este processo numa fase considerada, por parte do presidente da Câmara e da administração dos SMAS, como irreversível, todos temos a convicção, a certeza, de resto aqui se expressa, de que houve falta de informação... propositada ou não, não vou entrar nessa discussão. Mas, essa falta de informação levou a que todo este processo, todo este movimento dos moradores surgisse apenas nesta altura. Como sabem, nós, executivo, temos desenvolvido vários contactos e reuniões no sentido de saber se há alternativas possíveis, e, não havendo, como já foi assumido publicamente pelo senhor presidente da Câmara, tentamos então procurar soluções que minimizem os impactos do ecocentro na urbanização.

Nesse sentido, apresentámos várias propostas ao presidente da Câmara, nomeadamente, um acesso alternativo, fora da zona habitacional, e exigimos garantias de que não vai haver deposição de resíduos perigosos, amianto e lixo orgânico. Foi também por proposta do presidente da Junta que foram realizadas reuniões com os vereadores do PSD, que foi efetuada a sessão pública nos SMAS, que já foi aqui falada, e que teve lugar uma reunião entre os moradores e o presidente da Câmara, na qual transpareceu algum consenso e agrado pelas propostas de alteração formuladas. Nessa reunião, participou o presidente da Junta e foram esclarecidas todas as questões que eram apresentadas pelos moradores. E foram esclarecidas por quem tem responsabilidade total neste processo. Queremos ser parte da solução e não parte do problema, mas também nós ainda esperamos pelo envio de toda a informação e documentação prometida, nomeadamente os pareceres da APA, Agência Portuguesa do Ambiente, e da Comissão de Coordenação Regional, CCDR LVT. Era só. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, senhor presidente. Alguém quer intervir?

Vamos votar a **moção F, "pela alteração da localização do ecocentro de Vale Flores". Bloco de Esquerda?**

Moção F, "Pela alteração da localização do ecocentro de Vale Flores".								
REJEITADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
2	FAVOR					1		1
5	CONTRA		5					
11	ABSTENÇÃO	5		2	2		2	
18	**TOTAL**							

MOÇÃO H DO PS "CONTRA DESPERDICIO DE ÁGUA"

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): O CDS quer intervir ou não? Não, dá o tempo que for preciso ao PSD que é 1 minuto e meio

Ricardo Carmo (PSD): Não... porque eu acho que é importante, e, se calhar, temos mesmo a nível do regimento de repensar toda esta situação dos tempos e das moções e... porque se calhar não justifica, porque há coisas importantes que têm que ser ditas e não estão a ser explicadas. E, portanto, não podemos brincar com a população de Sintra, a população de Sintra merece-nos respeito. E, por isso, não aceitamos nem podemos aceitar esta moção do Partido Socialista, quando vem falar de uma moção sobre o desperdício da água, quando nos últimos 4 anos, a nível da conservação dos sistemas de rega da Freguesia, zero. Zero, amigos. Consultem as contas, a prestação de contas dos últimos 4 anos da gestão Socialista na Freguesia de Sintra. Zero.

E depois vem para aqui falar que temos que ter muito cuidado com a água e com os sistemas de rega e essas coisas todas. Quando foi zero. E depois vem falar, e bem – vem falar, e bem, que nós concordamos – com sistemas de regas eficientes. É verdade, concordamos. E contamos com os vogais eleitos do Partido Socialista para que, junto da Câmara, providenciem a verba capaz de termos efetivamente sistemas de rega eficientes na Freguesia, e vamos lá com vocês, ao vosso lado, até vos damos o braço nesse dia. E vamos todos de braço dado ter com o vereador do Partido Socialista responsável pelos espaços verdes, vamos lá pedir que o Partido Socialista assuma o compromisso dos 300.000,00€ que são precisos para implementarmos todos os sistemas de rega eficientes, conforme o que está previsto no orçamento. É que 300.000,00€ é mais de tudo aquilo que a Freguesia tem para dar todo o tipo de apoios à cultura, ao desporto e à educação. E, portanto, quando vimos aqui e vimos falar de sistemas de rega eficientes, sim senhor, aceitamos, mas contamos com os vogais do Partido Socialista para que, junto da Câmara Municipal da Amadora nos entreguem a verba.

Ricardo Carmo (PSD): Que venham connosco junto do vereador responsável da área para podermos ter esse dinheiro, para efetivamente... e fazer...E assumimos, e posso assumi-lo em nome do Executivo da Junta que se essa verba vier, o sistema de rega eficiente será, efetivamente, realizado na Freguesia.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado. Muito obrigado.

Victor Oliveira (PS): Senhor presidente, eu ia utilizar aqui a defesa da honra

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia Víctor... eu agradecia que fosse breve, se faz favor.

Victor Oliveira (PS): Utilizei esta figura da defesa da honra para dizer ao Partido Social Democrata que o Partido Socialista, consciente das suas próprias responsabilidades, num momento em que o país está a viver uma situação de seca extrema, vem fazer esta moção, exatamente com esse sentido de responsabilidade. Não faz sentido o PSD vir aqui invocar 4 anos para trás, que não estávamos em seca extrema. O que está... agora estamos em seca extrema, é este (um?) sentido de responsabilidade. E agradecemos desde já, feita a defesa da honra, remato, dizendo: agradeço desde já a companhia do PSD quando for necessário ir exigir à Câmara aquilo que é necessário, em falência de alguma ação do próprio Executivo. O Partido Socialista e os vogais cá estarão para defender os fregueses. É esse o nosso mandato, é isso que vamos fazer. Disse.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): OK, Victor. Ricardo Carmo faz favor.

Ricardo Carmo (PSD): Eu fiz um pedido de esclarecimento, e por isso é que eu fiz durante a intervenção...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Ricardo, faz favor.

Ricardo Carmo (PSD): Bom. Sobre a questão, e é bem clara que não... (um?) pedido de esclarecimento ao Partido Socialista sobre a sua intervenção é: saber da parte do Partido Socialista, se efetivamente, da Câmara, há ou não abertura para fazer transferência da verba para a execução da obra sugerida pelo Partido Socialista? Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Vamos votar a moção H, "contra o desperdício de água", apresentada pelo Partido Socialista.

Moção H, do Partido Socialista, "Contra o desperdício da água".								
APROVADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
8	FAVOR	5					2	1
5	CONTRA		5					
5	ABSTENÇÃO			2	2	1		
18	**TOTAL**							

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Recomendação da CDU "Atividades comerciais", quem vota?

RECOMENDAÇÃO da CDU acerca de atividades comerciais.								
APROVADA POR UNANIMIDADE								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
18	FAVOR	5	5	2	2	1	2	1
	CONTRA							
	ABSTENÇÃO							
18	**TOTAL**							

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): [corte no som] unanimidade na aprovação da saudação de 8 de março, ao Dia Internacional da Mulher. Muitos parabéns à Assembleia por esta votação. E agora vamos entrar no ponto de informações.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Diz, Cristina? Diz?

Cristina Rodrigues (CDU): Exatamente. Pronto, eu queria só dizer, em relação à resposta que o senhor presidente da Junta me deu, que... é assim, acho que ele se devia informar melhor sobre os pelouros do vereador Pedro Ventura. E, além disso, isto tudo que a CDU veio trazer, enquanto não tiver resposta, vai trazer aqui a esta Assembleia de Freguesia, e o senhor vogal do Executivo, Paulo Duarte, pediu-me para lhe mandar, para ele, pediu-me a mim e ao Luís Oliveira, para lhe mandar, para ele, os pontos que nós tínhamos falado nesta Assembleia de Freguesia, na última Assembleia de Freguesia para...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Portanto, vamos entrar no ponto de informações, **Ponto 3.1** **"Conhecimento da proposta n.º 78-UF/2021-2025, denúncia de protocolo de cooperação com a Cooperativa de Ensino Secundário, Centro de Arbitragem da Universidade Autónoma de Lisboa"**.

PONTO 3.2, "Conhecimento de ofício n.º 267/2002, seguro acidentes pessoais e eleitos locais". Então, dadas as informações, entramos no ponto 4, período da Ordem do Dia. **PONTO 4.1**, "Apreciação e votação da proposta n.º 43-UF/2022, contrato interadministrativo, delegação de competências entre a União das Freguesias de Sintra e a Câmara Municipal para manutenção e conservação dos edifícios e logradouros escolares dos estabelecimentos de ensino 2.º e 3.º ciclos do ensino secundário da Freguesia". O Executivo quer apresentar acerca deste ponto?

Faz favor Sr, Presidente.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): É uma nota muito rápida, só para tornar público e informar a Assembleia de que não houve grande hipótese de negociação deste contrato interadministrativo, mas que na resposta que demos à proposta apresentada pela Câmara de Sintra,

fizemos saber, ou fizemos notar, enfim, o nosso desconforto em relação ao valor que é estabelecido, que é precisamente igual ao valor do ano passado, quando os custos com vencimentos, com combustível e com materiais são amplamente superiores. Portanto, o que nós nos comprometemos com a Câmara de Sintra é que, ao final de 6 meses de vigor deste contrato interadministrativo, faremos um balanço sobre os custos, sobre as despesas e o valor que nos está a ser atribuído para, eventualmente, aquilatar da necessidade de reformular ou reforçar este contrato. Mais nada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Ana Santos, faz favor.

Ana Santos (PS): Muito boa noite a todos, senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, presidente da Junta e Executivo, vogais e o público em geral. Eu queria vir aqui dar de facto os parabéns à Junta de Freguesia por ter renovado este contrato, porque o *feedback* que sempre tivemos é que de facto estava a funcionar muito bem, por parte das escolas, e que a coisa funcionava, e funcionava bem. E depois, queria de facto perguntar ao senhor presidente da Junta, visto que, pronto, agora até já deu aqui algum esclarecimento, mas eu gostaria de perguntar porque é que não teve oportunidade de negociar? Porque segundo disse na última Assembleia, não sei se foi a última, se foi a penúltima, mas numa Assembleia, que estes contratos estavam todos mal negociados e que isto era muito prejudicial para a Junta e, portanto, eu não sei onde é que foi buscar essa ideia, penso que agora já deva saber porque é que os contratos são prejudiciais para a Junta... e só fazer referência que de facto o contrato de 2021 era de 41.911,36€, o deste ano é 41.589,76€. Portanto, há aqui uma pequena diferença, deve ter a ver com o número de alunos, qualquer coisa na formulação do valor. Mas, portanto, a dedução que eu tirei é que era exatamente igual. Quanto à questão da renegociação, não é nada de novo. Sempre foi dito por parte da Câmara e de todas as Juntas, não é só desta, que sempre que necessário, o valor era reforçado. Portanto, eu só gostaria então depois de saber era quais é que são de facto os números que tem para deduzir que estes contratos são prejudiciais para a Junta? Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigada, Ana Santos. O senhor presidente quer responder?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): É assim, ainda me ajudou mais, ainda vamos ter menos 400,00€ do que tivemos no ano passado. E toda a gente sabe que o gasóleo, hoje, ultrapassa os 2,00€ por litro, e que a deslocação, quem vai à Escola da Várzea fazer uma reparação e depois tem que ir a Manique, gasta em gasóleo, hoje, se calhar quase o dobro do que gastava em 2021.

E depois, é muito fácil dizer que o protocolo funcionou muito bem em 2021, quando nós agora, em 2022, estamos a fazer as obras que em 2021 não foram feitas, que nos chegam agora os *tickets* e os pedidos para fazer. É um facto. É um facto. Por isso, eu, quando disse que este protocolo não estava ao nível das necessidades da Freguesia, disse e repito: 41.589,00€ para o número de escolas que nós temos, não é suficiente. E não só. Se nós herdássemos as escolas sem qualquer necessidade, tudo bem, se calhar, até chegava e se calhar até sobrava, mas nós estamos a fazer obras que não foram feitas em 2021. Por isso é que funcionou muito bem. Se calhar, até lhes sobrou dinheiro. Não é? Por isso, a questão é muito simples. Ao fim de 6 meses, nós vamos... e não duvido que vamos ter contas ao cêntimo. Ao cêntimo. E então, se houver valores em falta, vamos solicitar que nos sejam atribuídos, sob risco de não podermos fazer as intervenções que as escolas nos solicitam.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Terminou?

Susana Miranda (2.ª Secretária): Então... está ali o senhor a pedir para falar.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Está inscrito o José Maria do CDS. E depois, Ana Santos. E depois, Ricardo Duarte. Mais alguém se quer inscrever?

José Maria Lopes (CDS): Boa noite, mais uma vez. É que estes protocolos das escolas, eu gostaria de saber uma informação: isto, há um levantamento das necessidades escola a escola da Freguesia? Ou, isto é, a talho de foice, o montante por aluno e por sala? Vamos lá ver, é que as obras... não se podem estar aqui a comparar obras por salas e por cabeça de alunos, ou por número de salas. Isto, há necessidades, e estas necessidades têm que ser verificadas no terreno. E tem que se ir ao terreno. Os técnicos da Câmara, e da Junta, se calhar, uma equipa composta por técnicos da Câmara, da divisão de educação, e da própria Junta, com o vogal com o pelouro, fazer um levantamento da existência, das necessidades, e então, aí sim, chegar-se a um montante, perante um orçamento de necessidades que deve ser colocado e chegar-se a um montante e dizer-se "esta é a necessidade para esta Freguesia, para este ano", para ser protocolado de uma forma correta e devidamente cabimentada. Porque não chega

dizer "é 41.000", para o ano, "olha, é 42, é..." ... não. É assim, há necessidades. Isto são obras, isto são empreitadas. Há necessidades de ver no terreno o que é necessário fazer nas escolas da Freguesia. Disse.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Ana Santos, faz favor.

Ana Santos (PS): Quanto à intervenção aqui do meu colega da bancada do CDS, só para esclarecer uma coisa: estes protocolos são só para as escolas de 2.º e 3.º ciclo, e são para pequenas reparações. Não são obras para empreitadas, são pequenas reparações – uma torneira, uma porta, um vidro, etc. Segundo, dizer ao senhor presidente da Junta que é impossível a Junta estar a fazer as obras de 2021, porque os *tickets* estavam todos respondidos. Portanto, as escolas é que fazem os pedidos das pequenas reparações, como bem sabe, e tudo que estava na Junta, estava respondido. Eu continuo a fazer a minha pergunta: negociou ou não negociou? Aquilo que está a falar agora são de factos novos, a intervenção que fez no outro dia foram coisas do passado, a dizer que o anterior Executivo tinha prejudicado a Junta porque não tinha negociado e porque os valores não eram suficientes. E, portanto, ia negociar. A minha pergunta é: negociou ou não negociou? E porque é que não negociou?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Faz favor Sr Presidente

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Não foi dada hipótese de negociação. Foi-nos apresentado a proposta de protocolo com um prazo diminuto para negociar. Não houve hipótese de negociação porque foi-nos dado um prazo diminuto para responder "queremos" ou "não queremos". A única negociação que foi possível foi: incluir essa alínea de que, ao fim de 6 meses, pretendemos fazer uma avaliação.

É porque é assim, desde a nossa tomada de posse até ao final do ano de 2021, fizemos muitas obras para além... ou muitas reparações, para ser preciso, para além dos 40 e tal mil euros que estavam previstos. E recomendo-lhe uma visita ao Jardim de Infância do Ral para ver a obra que nos é solicitada agora e que foi solicitada no ano de 2021, e que só essa obra custa mais de 40.000,00€. E está a ser solicitada à Junta de Freguesia porque a Câmara diz que é competência da Junta de Freguesia. E só essa obra custa mais de 40.000,00€. Penso que só com este exemplo, respondo perfeitamente.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Ricardo Duarte, se faz favor.

Ricardo Duarte (IL): Bom, eu pego aqui numa destas últimas afirmações que o senhor presidente da Junta fez, em que referiu que lhe foi posto este contrato da forma que, ou queria ou não queria. Eu começo esta análise, por dizer: no meu caso, eu não queria, eu não aceitava isto. E porquê? Bom, nós estamos aqui a falar num contrato de transferência de competências entre a Câmara e a Junta, e os contratos de transferência de competências têm estado muito na Ordem do Dia aqui nas sessões autárquicas, porque de facto, tem-se chegado à conclusão que, em determinados municípios, existe uma mais-valia para a população havendo a transferência de competências. Nós, em Lisboa, temos Freguesias atualmente que são autênticas mini Câmaras Municipais, exatamente porque existe um volume de transferências muito significativo e, de facto, as Juntas de Freguesia, muitas delas, em Lisboa, têm uma capacidade orçamental que, como eu disse, equivale a muitas mini Câmaras. Aqui em Sintra, e sabendo nós, conhecendo nós as características do Dr. Basílio Horta, presidente da Câmara, em que é muito sempre solícito a não querer despender dinheiro e, pronto, e regatear tudo ao máximo, logo este ponto de partida deixa-nos a desconfiar.

Portanto, este tipo de contratos, neste caso, é para a transferência de competências entre estabelecimentos de ensino, porque o objeto são estabelecimentos de ensino básico do 2.º e 3.º ciclo, e nós temos três, que é esta escola onde estamos, é a Escola D. Fernando e a Escola de Lourel. Para a qual é atribuída uma verba de 41.000,00€. Nós não somos especialistas em obras, nem em conservação, nem tudo mais, mas, sabendo nós o preço a que as coisas estão e até fazendo comparações de algumas coisinhas que possamos fazer em casa, vemos logo que isto poderá não ser bom negócio. Mas o ponto de partida, então, é o seguinte: de que forma é que este protocolo se constitui como mais-valia para a Freguesia e para as escolas? No debate político, a nível nacional, é normal ver-se muitas vezes a Iniciativa Liberal falar em parcerias entre o público e privado, e transferência de competências e de partilha de serviços e tudo mais, mas sempre com... associado o objetivo do rigor e da transparência.

Aqui nesta questão do rigor, nós somos levados a pensar nisto: realmente, em que é que este protocolo, e protocolos deste género, se constituem como mais-valia? Não é claro no texto do... e nem sequer na

minuta do contrato que é disponibilizado. Depois, no contrato que vem junto à proposta, na página 3, no penúltimo ponto, é dito o seguinte: "os estudos foram levados ao conhecimento da Junta de Freguesia, a qual manifestou o seu acordo sobre as condições, as conclusões e respetivo teor" – eu gostava também de conhecer este estudo, e este estudo não está anexo na proposta nem na minuta de contrato. Gostava de saber se, e já foi questionado ali pelo meu colega do CDS, se houve algum levantamento feito pela Junta de Freguesia, das necessidades de cada espaço. Eu lembro-me assim de repente, a Escola D. Fernando tem o muro da estrada do Boialvo em queda... em derrocada iminente. E depois, este contrato tem três páginas de tarefas, que vão desde a reparação de muros e podas de árvores em espaço exterior, a reparação de carpintarias e/ou alumínios e trabalhos de eletricidade nos espaços interiores. Portanto, são três páginas de tarefas que a Câmara quer transferir para a Junta, dando o valor de 41.000,00€ para três escolas... e só vos dou um exemplo, não é muito comparável, porque de facto, o âmbito não é o mesmo, mas a Escola de São Pedro, Básica, a Escola Primária de São Pedro foi objeto de uma requalificação recente, ainda lá consta um cartaz em que o valor orçamentado foi 50.000,00€. Claro que foi uma intervenção diferente, como ainda há pouco disse, a monta é diferente, não há construções. Mas, temos este termo de comparativo, portanto... finalizando, gostava de perceber de que facto é que isto é uma mais-valia para a comunidade e para as escolas, e se existe algum levantamento feito das necessidades e... pronto, este valor, acho que é incomportável para aquilo que se exige. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Eu ia só esclarecer o Ricardo que as Juntas de Freguesia têm uma lei própria, Lei 75/2013. em Lisboa, as Freguesias têm uma lei própria. Ana, se faz favor.

Ana Santos (PS): Eu peço desculpa, eu vinha só prestar um esclarecimento ao senhor presidente da Junta. É que o exemplo que ele deu, a Escola do Ral, é uma escola do 1.º ciclo, é competência da Junta de Freguesia, não está sequer no âmbito de objeto deste contrato.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Helder Santos faz favor.

Hélder Santos (CHEGA): Eu só queria deixar aqui uma pergunta. Está-se aqui a falar que é só para o ensino básico e secundário, mas se lerem...Pois, mas aqui no contrato, na cláusula 1, diz que... "bem como as condições" onde é que está? "Assegurar a realização de pequenas obras nos estabelecimentos de 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário da rede pública". Está aqui no contrato. Portanto, não é só ensino básico e secundário. Ou melhor, não é só ensino básico, também engloba o ensino secundário, o 2.º e 3.º ciclo. Pronto, só gostava que me esclarecessem isso, quando diz que é só o 2.º e 3.º ciclo e, afinal, também está enquadrado o ensino secundário.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Algum esclarecimento a prestar?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Não, eu posso esclarecer. É que... as escolas do secundário, exceto as que estão incluídas no Parque Escolar, na empresa designada por Parque Escolar, na qual se insere esta escola secundária, que é a única que temos na Freguesia. Portanto, estes contratos são feitos... enfim, a minuta é igual para todas as Freguesias, umas têm umas características, outras têm outras, mas adapta-se, neste caso, à realidade. E esta escola é pertença da Parque Escolar – não sei se ainda é esta a designação que tem – e, portanto, está fora deste contrato.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Há mais alguma intervenção? Ricardo Carmo, faz favor.

Ricardo Carmo (PSD): Só dar mais uma nota, porque acho que é importante isto ser referido, que tem a ver com o seguinte... e a razão da existência destes saltos de descentralização para... ou estes acordos que são feitos entre a Câmara e as Juntas de Freguesia... não é [impercetível], mas... estes protocolos, o que seja, os acordos que sejam feitos. Acordos, protocolos, todos esses formalismos que são feitos entre a Câmara e a Junta têm, essencialmente, um objetivo: tornar a resposta eficaz. Ou seja, é mais fácil ser a Junta de Freguesia a dar resposta a um pedido de um diretor de uma escola do 2.º ou 3.º ciclo, do que a Câmara, que tem as escolas todas do Concelho. E, portanto, a Câmara descentraliza um valor para a Junta de Freguesia para que, efetivamente, haja eficácia... ou seja, seja mais eficaz e mais célere o procedimento para a execução de alguma tarefa rápida e urgente que seja preciso fazer. Agora, o que está em causa aqui sobre esta situação é que, ao perceber isto, e a informação que foi dada inicialmente pelo senhor presidente tem a ver com o facto de que não houve possibilidade, neste momento, de fazer uma renegociação, não houve possibilidade de haver uma renegociação deste

acordo que vamos hoje aqui a aprovar, com a Câmara Municipal, mas é importante ficarem já com a noção, porque isso também já foi dito aqui hoje, que o valor, possivelmente, é insuficiente para as necessidades que as escolas já apresentaram.
E, portanto, vai haver necessidade, e já foi aqui dito pelo Executivo, de todos perceberem que se calhar vamos ter que, ainda neste ano, vir aqui uma nova minuta de contrato, de acordo, ou o que quiserem, para reformularmos o valor que vai ser necessário fazer, porque como foi dito, algumas obras estavam em atraso e algumas são precisas fazer para que se possa ser eficaz, ou seja, para que se possa dar uma eficácia à necessidade que cada escola tem, e, concretamente, as escolas da nossa Freguesia. Muito obrigado.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Mais alguma intervenção?
Vamos votar;

Ponto 4.1 Apreciação e votação da Proposta Nº 43 – UFS/2022 – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre a UFS e a CMS, para manutenção e conservação dos edifícios e logradouros escolares dos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclos e do ensino secundário da freguesia

APROVADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
17	FAVOR	5	5	2	2		2	1
1	CONTRA					1		
	ABSTENÇÃO							
18	**TOTAL**							

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Foi aprovado com 17 votos a favor e um contra.
Ponto 4.2 "Apreciação e votação da proposta n.º 30-UFS/2022, protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Sintra e a Ordem dos Psicólogos". Quem se inscreve?
Vasco Ramos, Victor, Lara, Celina e Marta. Faz favor Vasco Ramos
Vasco Ramos (CDU): Boa noite novamente. Serei breve. Eu gostaria de dizer o seguinte: a CDU valoriza muito a existência do apoio psicológico e entendemos que deve ser estendido a toda a Freguesia. É um serviço que já existe há algum tempo, cuja necessidade já foi referida pelo senhor presidente do Executivo, tem sido bastante procurado e entendemos que provavelmente, e infelizmente, continuará a sê-lo. Portanto, saudamos que continue a existir. Mas merece-nos reparo o valor da [corte no som], foi inadvertido, porque a lei que regulamenta esta possibilidade dos estágios, no decreto-lei 66/2011, diz, no artigo 8.º que o valor dos estágios profissionais é fixado num valor mínimo equivalente a um IAS, Indexante dos Apoios Sociais, e estabelece, no ponto 3 e seguintes, que essa disposição pode ser ultrapassada caso exista um regime mais favorável. Ora, um psicólogo em estágio profissional corresponde, segundo o quadro nacional das qualificações, ao nível de licenciatura, corresponde ao nível 6. Segundo o programa das bolsas de estágios ATIVAR.PT 2022, que está em vigor, o nível 6 corresponde a uma remuneração de cerca de 800,00€ por mês, a que acresce o subsídio de refeição e o seguro de acidentes de trabalho. Portanto, esta remuneração de 500,00€ que é oferecida a uma pessoa que virá para aqui estagiar é claramente inferior à valorização adequada das qualificações que só esse profissional dispõe, e também não faz jus à importância que este serviço de apoio psicológico tem para a nossa comunidade. Disse.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Pedido de esclarecimento, Ricardo Carmo faz favor.
Ricardo Carmo (PSD): É um pedido de esclarecimento aqui à intervenção do senhor vogal, por isso é que o faço já. É que o psicólogo não vai estar as 8 horas, não tem o horário completo, tem parte do horário. E, por isso...Não, a questão é: segundo o ATIVAR... o ATIVAR, eu conheço o programa, ele recebe uma parte do valor porque não está a tempo inteiro.
Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Lara, se faz favor.
Lara Guerreiro (PS): Começar por cumprimentar todos os presentes, Mesa e Executivo, caros membros da Assembleia, funcionários da Junta, digníssimo público, muito boa noite a todos. Sobre este

ponto, naturalmente que acolhemos favoravelmente todas as propostas que resultem no aumento da qualidade e quantidade dos serviços de apoio na área da psicologia, nomeadamente porque mais horas, mais técnicos, significa apoio a mais pessoas e mais famílias. No entanto, surge-nos aqui uma dúvida e gostaríamos de ver esclarecida e, portanto, o esclarecimento é sobre se a integração do estagiário, nos termos desta proposta, significa a adição de um profissional de psicologia além do que já existe a prestar o serviço, ou se isso significa a sua substituição? Porque não nos é claro. Sendo evidente que, tal como referem até aqui no considerando n.º 3, que os pedidos de ajuda psicológica têm vindo a aumentar e, por isso, mais seria obviamente melhor. Portanto, gostaríamos que nos esclarecessem sobre isso, se é substituição ou adição. Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Faz favor, senhor presidente.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Numa primeira fase, a Dra. Ema Gomes, que presta o serviço na Junta de Freguesia, vai acompanhar esta profissional estagiária, depois, porque tem outros objetivos profissionais, a Dra. Ema Gomes deixará de prestar os serviços na Junta, embora seja, digamos assim, a madrinha desta estagiária, e vai continuar, comprometeu-se connosco a continuar a acompanhar este estágio e o trabalho que vai ser efetuado. Também eu penso que já foi dito por mim, aqui numa Assembleia, que estamos a desenvolver um protocolo com o Núcleo de Sintra, da Cruz Vermelha, para que este serviço prestado à população seja alargado através do gabinete próprio que a Cruz Vermelha tem...e também por sugestão da Dra. Ema, foi precisamente ela que sugeriu todo este processo. Quanto ao valor do subsídio mensal, é o valor que nos é indicado e proposto pela própria Ordem dos Psicólogos, portanto, é este. Até era inferior? Pronto, o valor da Ordem dos Psicólogos até era inferior a este. Nós, mais ou menos, nivelámos pelos custos que estávamos a ter com... ou que temos com a Dra. Ema. De qualquer forma, poderemos sempre reavaliar se este valor terá ou não depois que ser sujeito a uma alteração, mas para já, é o valor que está acordado entre a Ordem dos Psicólogos, a própria candidata, e é esse que vamos seguir.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Celina, Bloco de Esquerda.

Celina Santos (BE): Queria pedir alguns esclarecimentos adicionais acerca da remuneração... qual é o horário de trabalho, com direito a férias, que vai funcionar o estagiário? E, após a saída da Dra. Ema, ela vai ser substituída, ou este estagiário vai ocupar um posto que era dela e fica sozinho, sendo competente, também será inexperiente, fica sozinho e sem acompanhamento diário? Também saber qual é a estimativa de atendimentos que vai haver. E, finalmente, nós sugerimos, numa Assembleia anterior, a aposta em atividades de promoção da saúde mental, até para chegar a mais pessoas além das vagas, se isso está contemplado também no plano de trabalho? É isso.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): O senhor presidente vai responder.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): A Dra. Ema deixará de prestar o serviço de consultas, digamos assim, mas continua a acompanhar a estagiária até ao fim do estágio. É esse o compromisso que está estabelecido. Ou em regime de prestação de serviços, que é assim que ela está a trabalhar atualmente.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): CDU, se faz favor.

Vasco Ramos Eu não fiquei completamente esclarecido... quer dizer, fiquei esclarecido com o que disse o presidente do Executivo, mas a intervenção do vogal do PSD confundiu-me aqui um pouco as coisas. Porque o que está aqui escrito no ponto 4.2 é que esta pessoa trabalhará... no âmbito do estágio, trabalhará 1.600 horas... terá 1.600 horas de exercício profissional, ora, isso corresponde a cerca de 1 ano de trabalho, já descontadas as férias, é disso que se trata. Portanto, é uma pessoa que estará a trabalhar 7 horas e meia, aproximadamente, por dia, durante 48 semanas, aproximadamente. É só para ter a certeza disso.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Há resposta por parte do Executivo?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): É assim, todos estes considerandos são os considerandos que são estabelecidos pela Ordem dos Psicólogos, no protocolo e na minuta de protocolo que eles têm, e que seguem com outras entidades semelhantes à nossa. Portanto, é um... enfim, é um acordo, digamos assim, um acordo que é seguido, portanto, nestas circunstâncias. Portanto, nós não estamos a inovar nada, não estamos a alterar nada, estamos a seguir aquilo que a própria Ordem, que é a representante dos profissionais, nos coloca. Aliás, até estamos a melhorar um pouco o valor. Quanto às horas, sim, realmente é isso. Mas obviamente que todos os direitos que for

possível atribuir dentro da lei, porque não somos uma empresa propriamente dito, temos que cumprir aquilo que a lei nos impõe, mas todas as regalias, tudo aquilo que for possível atribuir a esta estagiária, obviamente, à semelhança do que já fizemos com outros profissionais da Junta de Freguesia, obviamente que serão contemplados.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Não há mais ninguém inscrito? Marta, se faz favor.

Marta (CHEGA): Boa noite, novamente. Então, o partido CHEGA quer parabenizar esta proposta que é apresentada pelo nosso presidente, Paulo Parracho, e também sugerir aqui a Escola EPAV, porque também tem lá pessoas que se estão a formar na área do psicossocial e penso que seja uma mais-valia. E depois também, sugerir o banco local de voluntariado, que é ali na Rua Dr. Álvaro de Vasconcelos, também, que acho que é uma mais-valia, não é? Pronto, é apenas isso. Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Marta. Não há mais inscritos? Celina, faz favor.

Celina Santos (BE): Só para saber se eu percebi bem. A Dra. Ema não será substituída e o trabalho de psicologia será assegurado por um estagiário, todo o trabalho de psicologia será assegurado por um estagiário, que terá um acompanhamento voluntário da Ex psicóloga da Junta, num regime precário? Portanto, um serviço tão importante para Sintra, e que nós discutimos aqui, será assegurado nestas condições, é isso? Só para ver se percebi bem, atenção.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): O regime precário da Dra. Ema já vinha anterior...

Celina Santos (BE): Sim, e agora mais precário ainda....

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Exatamente.

Celina Santos (BE): Portanto, e sem um profissional experiente por trás?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Com a coordenação de um profissional muito experiente e muito competente, que é o caso da Dra. Ema.

Celina Santos (BE): Não, não tenho dúvida. Mas ela estará noutros voos e, portanto, a disponibilidade dela será altamente reduzida para casos tão complexos como o próprio presidente nos comentou nas últimas Assembleias de Freguesia, para um jovem competente...

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Claro, mas...

Celina Santos (BE): mas inexperiente, portanto...

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Isto... os casos mais complicados serão depois encaminhados para o gabinete da Cruz Vermelha, obviamente, será feita essa avaliação. Mas, de qualquer forma, se chegarmos à conclusão de que não está a resultar, obviamente, poderemos reforçar este serviço, digamos assim.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Victor Oliveira, se faz favor.

Victor Oliveira (PS): Senhor Presidente do Executivo, pedi a palavra para me dirigir ao senhor presidente do Executivo, aqui, porque tudo isto agora gerou aqui uma dúvida que era importante. Estando este protocolo a ser negociado, não é? Se havendo mais pedidos da população, se nos deveremos ficar só pelo estagiário coordenado por uma psicóloga, ou aproveitar já a oportunidade para, em conjunto com a Ordem dos Psicólogos, termos outro psicólogo. Porque se calhar, aí conseguíamos dar uma resposta mais eficaz... porque aquilo que o senhor presidente diz é uma questão que é: "os casos mais graves irão para a Cruz Vermelha". OK, mas esses são os casos mais graves. Mas, aquilo que, pelos vistos, está a acontecer, é que estamos a pedir casos que ainda não sabemos... há mais pedidos de casos que não sabemos. Não seria – é uma pergunta que lhe deixo – mais avisado aproveitar o próprio protocolo para, em vez de negociar o estagiário no quadro da lei, saber se pode haver mais ou outro psicólogo e aí, obtermos uma resposta mais satisfatória? É esta a pergunta que deixo.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Faz favor, senhor presidente.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Eu também concordo que se calhar não vai chegar, mas temos também que atender às limitações do nosso orçamento. É assim, a Junta não se pode transformar num gabinete de psicologia, tendo mecanismos para ter esse serviço ou prestar esse serviço com menos encargos em termos de quadro de pessoal, não é? O protocolo com a Cruz Vermelha

pressupõe, obviamente, um pagamento, que ainda não está estipulado, porque estamos à espera da inauguração das instalações e depois, então, haverá toda a disponibilidade para que esses pontos sejam afinados. De qualquer forma, é assim, se a necessidade for muita, obviamente que cá estaremos para responder. É o que lhe posso dizer, não é? Para já, esta solução responde às necessidades atuais, por isso, é avalizada pela Dra. Ema. E mais do que ninguém, mais do que qualquer um de nós, a Dra. Ema sabe das necessidades. E todo este plano, digamos assim, foi gizado por ela, portanto, temos plena confiança no seu resultado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Mais alguém para intervir? Então, vamos votar o ponto 4.2, "apreciação e votação da proposta n.º 30-UFS/2022, protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Sintra e a Ordem dos Psicólogos".

Ausentou-se da sala a vogal do PSD Elsa Félix.

PONTO 4.2 - Apreciação e votação da Proposta nº 30-UFS/2022 – Protocolo de Colaboração entre a UFS e a Ordem dos Psicólogos;								
APROVADA POR MAIORIA								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
15	FAVOR	5	4	2	2		2	
1	CONTRA							1
1	ABSTENÇÃO					1		
17	**TOTAL**							

Ricardo Duarte (IL): Bom, somente para dizer que eu, inicialmente, tinha pensado votar a favor deste ponto, mudei para abstenção no seguimento da intervenção do Bloco de Esquerda, porque de facto levantou aqui questões que me deixou algumas dúvidas e, o seu ao seu dono, o Bloco de Esquerda, nestas matérias, é sempre muito incisivo e muito competente nestas questões das competências das pessoas. E, não pondo em causa a justiça da iniciativa da Junta, depois deste debate, deixa-me aqui, pronto, a ideia de se as coisas poderiam ser feitas de maneira diferente ou não, mas... realmente, é esta a justificação da minha mudança de sentido de voto. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Ricardo.

Bloco de Esquerda vai apresentar declaração de voto por escrito.

PONTO 4.3 - "apreciação e votação da proposta n.º 41-UFS/2022, protocolo de cooperação entre a União de Freguesias de Sintra e a Associação Coração Amarelo, delegação de Sintra".

Victor Oliveira, se faz favor.

Victor Oliveira (PS): Senhor presidente de Junta, eu gostaria de lhe perguntar aqui o seguinte: este protocolo é de colaboração com uma associação para ela funcionar nas instalações da delegação da Junta, certo?

Victor Oliveira (PS): A minha pergunta era o seguinte: as instalações do Lourel não seriam mais adequadas para esta associação funcionar? Não acharia que seria mais correto, até para a própria liberdade de movimentos e de reunião do Executivo da Junta? Fica a pergunta.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Eu posso responder, desde já, é muito fácil.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Então...

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): A própria associação é que manifestou interesse em utilizar as instalações da Estefânia, por uma questão de proximidade. As instalações do Lourel estão de facto disponíveis, já está lá o Clube de Xadrez de Sintra, e disponíveis para outras associações que queiram partilhá-las. A Associação Coração Amarelo fez questão de ficar ali, de resto, posso-lhes dizer que estão instalados no gabinete que até aqui era assumido ou utilizado pelos presidentes de Junta, uma vez que eu tenho um gabinetezinho mais pequeno, que acho que é mais confortável. E, portanto, também têm ali todas as condições para desempenharem o seu trabalho. Mas foi por escolha, portanto, das senhoras, que até aqui estavam na vila, no centro histórico, aí sim, não tinham grandes condições de trabalho, e agora, por opção, preferem estar ali.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Mais alguma intervenção? Vamos proceder à votação,

Ponto 4.3, "Apreciação e votação da proposta 41-UFS/2022, protocolo de cooperação entre a União das Freguesias de Sintra e a Associação Coração Amarelo, delegação de Sintra".

PONTO 4.3 Apreciação e votação da Proposta nº. 41 – UFS/2022 – Protocolo de Cooperação entre a UFS e a Associação Coração Amarelo – Delegação de Sintra;								
APROVADA POR MAIORIA (UNANIMIDADE)								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
17	FAVOR	5	4	2	2	1	2	1
	CONTRA							
	ABSTENÇÃO							
17	**TOTAL**							

PONTO 4.4 - "Apreciação e votação da proposta n.º 44-UFS/2022, contrato de apoio financeiro entre a União das Freguesias de Sintra e a Associação Animais de Rua".

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Bruno, faz favor.

Bruno Santos (PS): Boa noite, Mesa, Executivo, vogais e público. Apoiamos e congratulamos a decisão da manutenção do contrato de apoio financeiro à Associação Animais de Rua, contudo, gostaríamos que o senhor presidente nos esclarecesse quais são os locais identificados para a colocação dos dois abrigos e para quando está prevista essa instalação. Anteriormente, os cuidadores das colónias recebiam apoio resultante das ações de angariação de ração organizadas pela Junta de Freguesia. Esse apoio irá manter-se? É tudo.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Bruno. Senhor presidente, quer responder?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): É assim, queria salientar que este protocolo é a renovação do protocolo que foi estabelecido, e muito bem, pelo anterior Executivo. Quanto às campanhas de... eu penso que o que perguntou era... angariação de... Os locais estão identificados pela Associação Animais de Rua, mas ainda não nos foram transmitidas essas localizações. Mas tinha falado qualquer coisa da alimentação?

Bruno Santos (PS): manter o apoio da alimentação?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Sim, sim, sim, sim. Estamos a fazer, e aliás estamos a prestar apoio à Associação Animais de Rua, em todo o tipo...

Bruno Santos (PS): Não, não é essa a questão, se os cuidadores das colónias eram apoiados.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Sim. A Associação Animais de Rua está a responsabilizar-se por isso, porque inclusivamente, nós fizemos o transporte, cedemos os meios para fazer o transporte de um donativo de rações que foi entregue à Associação Animais de Rua, que está inclusivamente armazenado nas nossas instalações, e que é gerido por eles, precisamente, para esse fim.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Não há mais inscrições? Celina, se faz favor.

Celina Santos (BE): As minhas perguntas eram as mesmas, mas acerca da distribuição dos bens aos cuidadores, tentar perceber se existe algum plano, alguma lógica de distribuição, ou se é a Associação que vai decidir e entrar em contacto com os cuidadores. Portanto, se há alguma forma já pré-acordada com a Junta sobre como isso vai acontecer.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Não, é tudo a cargo... essa liberdade é total da Associação, porque é assim, não pode ser a Junta, não temos meios nem hipótese de controlar essa situação. Portanto, confiamos na Associação Animais de Rua e nos seus voluntários que, de facto, fazem...

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): ...fazem relatórios regularmente sobre toda a sua atividade.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Mais alguma inscrição? Portanto, votação para o **Ponto 4.4, "apreciação e votação da proposta n.º 44-UFS/2022, contrato de apoio financeiro entre a UFS e a Associação Animais de Rua".**

PONTO 4.4; Apreciação e votação da Proposta Nº 44 – UFS/2022 – Contrato de Apoio Financeiro entre a UFS e a Associação Animais de Rua.								
APROVADA POR UNANIMIDADE								
Nº DE VOTOS	VOTAÇÃO	PS	PSD	CDS	CHEGA	IL	CDU	BE
17	FAVOR	5	4	2	2	1	2	1
	CONTRA							
	ABSTENÇÃO							
17	**TOTAL**							

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Aprovado por unanimidade. Existe aqui um pedido do Nuno e do Jorge, do público. Eu, no início da sessão, disse: há só um período para intervenção do público, e esse período para intervenção do público, foi assim que foi acordado nos líderes, início da sessão. Portanto, não posso efetivamente dar a palavra ao Nuno e ao Jorge, porque efetivamente foi isso que os líderes e o presidente concordou que fosse efetuado. Enquanto o regimento está em vigor.

Victor Oliveira (PS): Eu estou a pedir a palavra ao senhor presidente, se achar que ma deve conceder, por causa de uma intervenção da CDU, da Sra. Vogal Cristina Rodrigues, acerca do trabalho que se está a fazer na comissão do regimento. E, em primeiro lugar, para agradecer ao senhor presidente aquilo que disse em função desse mesmo trabalho, porque de facto, estamos todos abnegadamente a tentar fazer esse mesmo trabalho. E acho um pouco infeliz, muito infeliz, para não dizer que causa mal-estar vir a CDU queixar-se do PS e que é a última reunião e tudo mais, quando estamos, do nosso tempo, abnegadamente, a fazer um trabalho a favor da própria Freguesia e da Assembleia. Talvez fosse bom a CDU, em vez de criticar dessa forma pouco educada, estudar, ver, fazer propostas, discutir e intervir, para colaborar com todos na execução desse documento. Era só isso que queria dizer, porque deixa agastado depois ouvir esses comentários tão tristes. E obrigado, senhor presidente.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Victor, muito obrigado. Não há público, mas há Assembleia depois para se pronunciar. Cristina, faz favor.

Cristina Rodrigues (CDU): Peço desculpa, senhor presidente da Mesa, mas não fui eu que vim trazer agora, no fim, o tema. E felizmente que o senhor presidente da Mesa tem assistido a todas essas reuniões e tem feito as atas dessas reuniões e do que é dito e do que é que os vários representantes das forças têm feito nessa comissão. Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Eu faço um resumo das atas dos líderes, porque do regimento não faço atas apenas porque os temas são tantos e os artigos são tantos e as discussões são tantas, que não consigo efetivamente... a não ser que gravasse. Mas eu considero, Cristina, que efetivamente não há uma certa razão da tua parte para dizeres que não participas, porque eu acho que o esforço que está a ser feito por pessoas, que vão trabalhar no dia seguinte, para estarmos ali assim a discutir artigo a artigo, a melhor maneira de termos um regimento que toda a Assembleia se reveja, naquele regimento, e que tens colaborado, uns mais, e tu também tens colaborado, mas eu acho que deve-se prosseguir naquilo que estamos a fazer... Celina faz favor

Celina Santos (BE): Gostava que ficasse registado em ata a nossa oposição a essa decisão do presidente da Assembleia, porque entendemos que o público devia intervir no final, à luz das informações que foram dadas ou não dadas, da ordem de trabalhos. É só isto que peço para ficar registado em ata. Quanto à votação e ao regimento, o Rui tratará. Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Celina, como a comissão de regimento e o Rui assim entenderam, a lei não permite que sejam efetuados dois períodos para intervenção do público. A seu tempo, quando estiver no regimento, há de ser indicado qual é o artigo que a lei não permite... apenas um período de intervenção do público, e eu entendo que deve ser no início da sessão, porque senão, retomamos novamente todos os pontos da sessão no final, com aquilo que se diz aqui, com aquilo que se discute nas moções, com o que se diz no PAOD.

Celina Santos (BE): (Então, é a democracia?)

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): É isso... é o poder que o presidente tem, que lhe está dado no regimento, de ser no início, tal e qual como os líderes entenderam, porque a lei

assim o permite, apenas um período de intervenção do público no início da sessão. Ricardo Carmo se faz favor.

Ricardo Carmo (PSD): Peço desculpa pelo adiantado da hora, mas é importante esclarecermos esta situação, para que não fiquem dúvidas. Nem que (está a haver?) qualquer tipo de atropelo, porque não está a haver atropelo nenhum. O que se passa é bem claro: na conferência de líderes, foi decidido que iríamos cumprir a lei geral, independentemente de as pessoas estarem ou não estarem de acordo. E a lei geral é clara: há um período de intervenção da população. E nós decidimos, em conferência de líderes, por maioria, que esse período seria feito no início da sessão. Independentemente de o regimento dizer que há dois, três, quatro, 10, 20 momentos de intervenção do público, os líderes, em conferência de líderes, decidiram cumprir a lei geral que se sobrepõe à lei do regimento desta Assembleia.

E, para cumprir a lei, para que esta Assembleia não fosse impugnada *a posteriori*, porque poderia sê-lo, cumpre-se a lei geral e a lei geral diz que há uma intervenção do público por sessão. E foi isso que nós, em democracia, e por maioria, excluindo a opinião do Bloco de Esquerda, os líderes decidiram que havia um período de intervenção. Portanto, acho que nem sequer devia ser tema de discussão para este ponto agora. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Esgotada a Ordem de trabalhos. Vamos ler a ata em minuta.

"Ata minuta n.º 2-AF/2022, Reunião Extraordinária.

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei 75/2013, de 11 de setembro, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim), reunida em sessão extraordinária, no dia 07/03/2022, pelas 20h30, nas instalações da Escola Secundária de Santa Maria, sitas na Rua Pedro de Cintra, 2710-436, Sintra, tomou as seguintes deliberações:

PAOD, Período Antes da Ordem do Dia, foram apresentadas e votadas as seguintes moções:

Moção A – Moção Pela Ucrânia, pela Paz no Mundo (PSD/PPD e CDS/PP)

Aprovada com 15 votos a favor – 5 PS 5 PSD 2 CDS 2 CDU e 1 BE 2 abstenções do CHEGA e 1 voto contra da INICIATIVA LIBERAL.

Moção B – Instalações Sanitárias Interface da Portela de Sintra (CDU)

Aprovada com 13 votos a favor, 5 PSD 2 CDS 2 CDU 2 CHEGA 1 BE e 1 IL 5 votos contra do PS.

Moção C – Paz sim! Guerra na Ucrânia não! (CDU)

Rejeitada com 3 votos a favor, 2 CDU e 1 BE 9 votos contra 5 PS 2 CHEGA e 1 IL e 7 abstenções 5 PSD 2 CDS.

Moção/Recomendação D – Pela criação de um boletim informativo em formato papel e/ou digital (CHEGA)

Aprovada com 13 (treze) votos a favor (5-PS, 5-PSD, 2-CHEGA, 1-IL), e 5 (cinco) abstenções (2-CDS, 2-CDU, 1-BE).

Moção E – Dia Internacional da Mulher (BE)

Aprovada com 14 (catorze) votos a favor (5-PS, 5-PSD, 2-CDU, 1-BE, 1-IL), 2 (duas) abstenções (CDS) e 2 (dois) votos contra (CHEGA).

Moção F – Pela alteração da localização de Ecocentro de Vale Flores (BE)

Rejeitada com 5 (cinco) votos contra (PS), 11 (onze) abstenções (5-PSD, 2-CDS, 2-CDU, 2-CHEGA) e 2 votos a favor (1-IL, 1-BE).

Moção G – Pela Paz, pela solidariedade com o Povo Ucraniano e por sanções económicas para travar esta guerra (BE)

Aprovada com 15 (quinze) votos a favor (5-PS, 5-PSD, 2-CDS, 2-CDU, 1-BE), 2 (duas) abstenções (CHEGA) e 1 voto contra (IL).

Moção H – Contra o desperdício de água (PS)

Aprovada com 9 (nove) votos a favor (5-PS, 2-CDU, 1-BE, 1-IL), 5 (cinco) abstenções (PS) e 4 (quatro) votos contra (2-CDS, 2-CHEGA).

Moção I – Sem título – Sobre a guerra da Ucrânia (PS)

Aprovada com 13 (treze) votos a favor (5-PS, 5-PSD, 2-CDS, 1-BE), 4 (quatro) abstenções (2-CHEGA, 2-CDU) e 1 voto contra (IL).

Recomendação – Atividades Económicas (CDU)

"Atividades económicas": aprovada por unanimidade;

Saudação – 8 de Março – Dia Internacional da Mulher (PS)

"Dia Internacional da Mulher": aprovada por unanimidade.

Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação e votação da Proposta Nº 43 – UFS/2022 – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre a UFS e a CMS, para manutenção e conservação dos edifícios e logradouros escolares dos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclos e do ensino secundário da freguesia;

Aprovada com 17 (dezassete) votos a favor (5-PS, 5-PSD, 2-CDS, 2-CDU, 2-CHEGA, 1-BE) e 1 voto contra (IL)

4.2 - Apreciação e votação da Proposta nº 30-UFS/2022 – Protocolo de Colaboração entre a UFS e a Ordem dos Psicólogos;

Aprovada com 15 (quinze) votos a favor (5-PS, 4-PSD, 2-CDS, 2-CDU, 2-CHEGA), 1 (uma) abstenção (IL) e 1 voto contra BE.

(será apresentada por escrito declaração de voto pelo BE)

4.3 - A Apreciação e votação da Proposta nº. 41 – UFS/2022 – Protocolo de Cooperação entre a UFS e a Associação Coração Amarelo – Delegação de Sintra;

provada por unanimidade com 18 (dezassete) votos (5-PS, 4-PSD, 2-CDS, 2-CDU, 1-BE, 2-CHEGA, 1-IL)

4.4 - Apreciação e votação da Proposta Nº 44 – UFS/2022 – Contrato de Apoio Financeiro entre a UFS e a Associação Animais de Rua.

Aprovada por unanimidade com 17 (dezassete) votos (5-PS, 4-PSD, 2-CDS, 2-CDU, 1-BE, 2-CHEGA, 1-IL).

Vamos votar a ata minuta. Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? Ata minuta aprovada por unanimidade.

Dou por encerrada esta sessão da Assembleia de Freguesia, desejando a todos uma muito boa noite.

Aprovada 22 Junho 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia

Eduardo Duarte Caasinhas